

**Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e
Pesquisas Sociais**

Elisa Hijino de Oliveira

DISSERTAÇÃO

**ARRANJOS UNIPESOAIS NO BRASIL 1997-2007: UMA
ANÁLISE SÓCIO-DEMOGRÁFICA E DE GÊNERO DAS
PESSOAS QUE MORAM SOZINHAS**

Orientador: Dr. José Eustáquio Diniz Alves

Rio de Janeiro
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ELISA HIJINO DE OLIVEIRA

**ARRANJOS UNIPESSOAIS NO BRASIL 1997-2007: UMA
ANÁLISE SÓCIO-DEMOGRÁFICA E DE GÊNERO DAS
PESSOAS QUE MORAM SOZINHAS**

Dissertação apresentada à Escola Nacional de Ciências Estatísticas no Curso de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais – Demografia.

Orientador: Dr. José Eustáquio Diniz Alves

Rio de Janeiro
2009

Para meus pais Alexandre e Diva por todo apoio e amor.

Para as amigas Karine, Flávia e Rafaela pelo incentivo.

Para a amiga Fátima por toda ajuda e cumplicidade.

Para Alexandre pelo essencial companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, José Eustáquio Diniz Alves, pelo estímulo e parceria na realização deste trabalho e pelo aprendizado durante todo o curso.

À ENCE e ao IBGE pelo auxílio concedido sem os quais não tornariam este trabalho possível.

A todos os professores e funcionários do mestrado da ENCE pela dedicação, empenho e receptividade.

Aos meus companheiros de turma pela amizade, união e cooperação.

Aos meus pais Alexandre e Diva e aos meus irmãos Guilherme e Leonardo por todo apoio e amor, fundamentais na trajetória da minha vida e deste mestrado.

Às amigas Karine, Flávia e Rafaela que serviram de inspiração e incentivaram a realização deste projeto.

À amiga Fátima Madeira por toda ajuda e cumplicidade, desde os tempos de graduação.

Ao Hélio Figueira e a todos queridos amigos da Estácio pela compreensão e incentivo de grande importância na etapa de conclusão deste trabalho.

À querida Priscilla por todo suporte, boa vontade e simpatia.

E finalmente, ao Alexandre pelos essenciais companheirismo e amor.

RESUMO

Nas últimas décadas, o Brasil passou por profundas mudanças demográficas, sociais e culturais que provocaram transformações na fecundidade, estrutura etária e composição das famílias. Neste contexto está inserido o crescimento dos domicílios unipessoais, que em 1997 representavam 8,6% dos domicílios brasileiros passando para 11,5% em 2007. Em termos relativos, este foi o arranjo que mais cresceu no período, em contrapartida ao enfraquecimento da típica família nuclear. A revisão de literatura mostra que os fatores que impulsionaram este crescimento são característicos das três transições demográficas, e que estão relacionados com a redução dos diferenciais de gênero nas últimas décadas. O fenômeno das transições está sendo disseminado por países de todo mundo, inclusive o Brasil, à medida que atingem certo grau de desenvolvimento econômico e novos comportamentos reprodutivos se difundem. Desta forma, esta dissertação tem como objetivo caracterizar o perfil sócio-demográfico e de gênero dos arranjos unipessoais com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos 1997 e 2007. Esta caracterização permite compreender o perfil social, educacional, econômico e de moradia deste grupo em relação aos demais arranjos no Brasil, além identificar diferenciais nas condições de vida de homens e mulheres que moram sozinhos por coortes de idade.

ABSTRACT

In recent decades, Brazil has undergone profound demographic, social and cultural transformations that led to changes in fertility, age structure and the composition of families. Included in these changes is the growth of single person households, which in 1997 accounted for 8.6% of Brazilian households rising to 11.5% in 2007. In relative terms, this was the living arrangement that grew most in the period, in contrast to the weakening of the typical patriarchal family. A review of the literature shows that the factors explaining this growth reflect three demographic changes and that are related to the reduction of gender differences in recent decades. This phenomenon is spreading in countries around the world, including Brazil, as they reach a certain level of economic development, new reproductive behavior is widespread. Thus, this dissertation aims to characterize the socio-demographic and gender arrangements of single people based on data from the National Household Sample Survey (PNAD) from 1997 and 2007. This characterization allows us to understand the social profile of educational, economic and housing trends of this group compared to other arrangements, and identify differences in living conditions of men and women who live alone by age groups.

SUMÁRIO

1 Introdução.....	12
2 Revisão da Literatura.....	14
2.1 As Transições Demográficas e os Domicílios Unipessoais.....	14
2.2 Relações de gênero na pesquisa social.....	24
3 Metodologia	32
3.1 Base de Dados.....	32
3.2 Variáveis Utilizadas.....	34
3.3 Método de seleção dos Domicílios Unipessoais.....	37
4 Caracterização dos Domicílios Unipessoais no Brasil: análise dos dados de 1997 e 2007.....	41
4.1 Introdução.....	41
4.2 Perfil sócio-demográfico: idade, cor e escolaridade.....	42
4.3 Análise sócio-econômica: trabalho, rendimentos e previdência.....	49
4.4 Análise da moradia: localização, tipo, serviços e bens.....	58
5 Uma análise de Gênero das pessoas que moram sozinhas.....	65
5.1 Introdução	65
5.2 Diferenciais de Gênero nos arranjos unipessoais.....	67
5.2.1 Perfil sócio-demográfico: cor e escolaridade.....	70
5.2.2 Análise sócio-econômica: trabalho, rendimentos e previdência.....	73
5.2.3 Análise da moradia: localização, tipo, serviços e bens.....	80
6 Conclusões	86
Bibliografia	90
Anexos.....	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição dos domicílios por tipo de arranjos domiciliares (com base na família principal), Brasil, 1997-2007.....	42
Tabela 2: Distribuição dos chefes dos domicílios segundo posição na ocupação e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.....	52
Tabela 3: Rendimento médio mensal em reais domiciliar, per capita e média de componentes no domicílio por tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.....	55
Tabela 4: Distribuição dos domicílios por situação censitária e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.....	59
Tabela 5: Percentual de domicílios por tipo, média de cômodos, moradores e cômodos per capita por tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.....	60
Tabela 6: Percentual de domicílios com água, esgoto, coleta de lixo, iluminação elétrica e banheiros adequados por tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.....	63
Tabela 7: Percentual de domicílios com posse de itens selecionados por tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.....	64
Tabela 8: Distribuição dos chefes de domicílios unipessoais por faixas etárias, Brasil, 2007.....	67
Tabela 9: Distribuição dos domicílios unipessoais por grupos de sexo e idade, Brasil, 1997-2007.....	69
Tabela 10: Distribuição dos domicílios unipessoais por posição de ocupação do chefe e grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.....	75
Tabela 11: Rendimento médio em reais de todas as fontes, do trabalho principal e média de horas semanais trabalhadas dos chefes por grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.....	78
Tabela 12: Percentual de chefes de domicílios unipessoais que recebem aposentadoria e pensão e que vivem somente destas fontes por grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.....	79
Tabela 13: Percentual de chefes de domicílios unipessoais que cuidavam de afazeres domésticos e média de horas semanais dedicadas por grupos de gênero, Brasil, 2007.....	80
Tabela 14: Distribuição dos domicílios unipessoais por região e grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.....	81

Tabela 15: Percentual de domicílios unipessoais com água, esgoto, coleta de lixo, iluminação elétrica e banheiros adequados por grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.....84

Tabela 16: Percentual de domicílios unipessoais com posse de itens selecionados por grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.....85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição dos domicílios por faixa etária do chefe e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.....	44
Gráfico 2: Distribuição dos domicílios por cor/raça do chefe e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.....	45
Gráfico 3: Distribuição dos domicílios por anos de estudo do chefe e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.....	47
Gráfico 4: Média de anos de estudo por faixa etária do chefe e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.....	49
Gráfico 5: Distribuição dos domicílios por condição de ocupação do chefe e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.....	50
Gráfico 6: Percentual de chefes ocupados que contribuíam para previdência e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.....	54
Gráfico 7: Rendimento médio mensal domiciliar em reais por faixa etária do chefe e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.....	56
Gráfico 8: Rendimento médio mensal domiciliar per capita em reais por faixa etária do chefe e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007....	57
Gráfico 9: Distribuição dos domicílios por região e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.....	58
Gráfico 10: Distribuição dos domicílios por condição de ocupação e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.....	62
Gráfico 11: Distribuição dos domicílios unipessoais por cor/raça do chefe e grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.....	71
Gráfico 12: Distribuição dos domicílios unipessoais por anos de estudo do chefe e grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.....	72
Gráfico 13: Distribuição dos domicílios unipessoais por condição de ocupação do chefe e grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.....	74
Gráfico 14: Percentual de chefes de domicílios unipessoais que contribuem para previdência por grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.....	76
Gráfico 15: Distribuição dos domicílios unipessoais por região e grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.....	81
Gráfico 16: Distribuição dos domicílios unipessoais por tipo e grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.....	82

Gráfico 17: Distribuição dos domicílios unipessoais por condição de ocupação e grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.....	83
--	----

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é caracterizar e apresentar um perfil sócio-demográfico e de gênero das pessoas que moram sozinhas - os chamados arranjos unipessoais - com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos 1997 e 2007.

Segundo a PNAD, em 1997 os arranjos unipessoais respondiam por 8,6% dos domicílios brasileiros e cresceram para 11,5% em 2007. Em termos absolutos, esta variação correspondeu ao surgimento de 2,9 milhões de novos domicílios unipessoais, um crescimento de 86% em uma década. Comparativamente aos demais arranjos, este foi o que mais cresceu no período seguido por outros dois de menor tamanho tais como casais sem filhos e os monoparentais, o que significa a redução percentual da típica família nuclear composta por casais com filhos.

A revisão de literatura aponta uma série de fatores que explicam esta dinâmica. Os cinco principais componentes que afetam o crescimento dos domicílios unipessoais são: (a) a redução da fecundidade num primeiro momento, caracterizada pela redução do número de filhos, e num segundo momento pela retirada da procriação e o crescimento do número de pessoas nupíperas; (b) o envelhecimento populacional, ocasionado pela transição demográfica e a consequente mudança na estrutura etária da população; (c) o aumento da escolarização feminina e entrada no mercado de trabalho; (d) mudanças nos padrões nupciais, como o aumento das separações e divórcios e o adiamento dos casamentos e uniões; e (e) aumento do individualismo, característico da sociedade pós-moderna, onde se observa a transferência do foco dos filhos para o adulto.

Com uma família cada vez menos numerosa, a chance de todos os filhos saírem de casa mais cedo aumenta, restando nos domicílios apenas os pais. Este fato conjugado ao envelhecimento populacional, aos diferenciais na esperança de vida - que ocasiona a viuvez especialmente entre mulheres - e ao aumento das separações e divórcios, muitas vezes não seguidos de novas uniões, aumenta o contingente de pessoas vivendo sozinhas, principalmente em idades mais avançadas. Por outro lado, o aumento do grau de instrução feminino e sua consequente entrada no mercado de trabalho, além da tendência crescente de

jovens que saem da casa dos pais para morar sozinhos, que adiam a união com o cônjuge e que optam por não terem filhos, dando prioridade à satisfação de desejos pessoais, desenvolvimento profissional e estabilidade financeira, contribuem para o aumento dos arranjos unipessoais.

Estas transformações são características das três transições demográficas, tendo sido a primeira descrita por Notestein em 1945, e a segunda pelos demógrafos Van de Kaa e Lesthaeghe em 1986. A terceira transição, que ainda é um termo não consolidado, foi descrita por Coleman em 2006. O fenômeno da transição demográfica está sendo disseminado por países de todo mundo, à medida que atingem um patamar de desenvolvimento econômico e novas tendências do comportamento reprodutivo se difundem. No caso do Brasil, estas tendências vêm sendo observadas nas últimas décadas e afetam toda a dinâmica demográfica do país.

Na nova configuração dos grupos domiciliares, o caso das pessoas que vivem sozinhas assume uma dimensão crescente, o que torna tão importante conhecer o perfil deste arranjo. Assim, pretende-se nesta dissertação avaliar as condições sócio-econômicas dos arranjos unipessoais a partir de variáveis como sexo, idade, cor/raça, escolaridade, renda, ocupação, situação do domicílio, região, presença de bens de consumo, etc. Buscando identificar diferenciais no padrão de vida entre homens e mulheres que moram sozinhos, além da relação entre seu crescimento e os possíveis motivadores que conduzem a esta formação domiciliar, foi feita uma análise de gênero segmentada em três grupos de idade. Esta caracterização possibilitará uma compreensão do perfil sócio-demográfico, do padrão de consumo e da inserção social desse tipo de arranjo domiciliar, que tem apresentado uma tendência de crescimento não só no Brasil, como em diversas regiões do mundo.

O capítulo 2 apresenta a revisão de literatura, que numa primeira etapa relaciona as transições demográficas e o crescimento dos domicílios unipessoais, e na segunda aborda questões de gênero. O capítulo 3 traz a metodologia utilizada tais como o banco de dados, as variáveis e o critério de seleção adotados. No capítulo 4 é feita a caracterização dos domicílios unipessoais comparativamente aos demais arranjos para os anos de 1997 e 2007. Finalmente, o capítulo 5 apresenta uma diferenciação por gênero das pessoas que vivem sozinhas, seguido das conclusões finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 As Três Transições Demográficas e os Domicílios Unipessoais

A partir do século XX, muitos países experimentaram transformações demográficas decorrentes do desenvolvimento econômico atingido com os avanços da Revolução Industrial. Estas mudanças, observadas inicialmente na Europa, afetaram num primeiro momento as taxas de mortalidade e fecundidade dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, dando origem ao fenômeno conhecido como Transição Demográfica.

Segundo o demógrafo Van de Kaa (2002), no final do século XIX, muitos estudiosos franceses notaram que o número de filhos por família estava reduzindo no país, claramente como resultado de esforços voluntários para diminuir a fecundidade dentro dos casamentos. Este comportamento de auto-limitação da procriação logo foi interpretado como uma inovação revolucionária e o termo “Revolução Demográfica” foi utilizado originalmente para descrevê-lo.

As primeiras explicações assumiam que o fenômeno refletia um novo estilo de vida da sociedade. Em 1890, Dumont concluiu que a aspiração por mobilidade social era a principal causa do declínio das taxas de nascimento. Segundo ele, uma família numerosa corresponderia a um atraso à ascensão social, logo, a taxa de nascimentos declinaria na proporção inversa ao desejo por mobilidade. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, estudiosos americanos conduziram as discussões sobre as mudanças demográficas que estavam ocorrendo nos países desenvolvidos, porém, sob uma ótica econômica. O termo “Transição” substituiu o termo “Revolução” e as mudanças no comportamento demográfico passaram a ser consideradas, principalmente, função do progresso da sociedade (Kaa, 2002).

Notestein, em 1945, foi o primeiro autor a adotar uma abordagem macro na formulação da teoria da Transição Demográfica, enfatizando a importância do declínio da mortalidade e os impactos do processo de modernização para a sociedade. Tendo participação crucial na formulação de sua teoria, Notestein concluiu que a Transição Demográfica era um fenômeno universal e que todos os

países obrigatoriamente o experimentariam uma vez que atingissem o nível de desenvolvimento necessário.

Segundo Alves apud Notestein (1945), o processo de modernização, ocorrido na Europa Ocidental, América do Norte e Oceania, trouxe grandes ganhos de produtividade que resultaram em melhorias no padrão de vida da população. Este fato, aliado ao controle sobre as doenças, possibilitou a redução das taxas de mortalidade. As taxas de fecundidade, inicialmente mantidas pelos costumes e tradições, passaram a declinar com o crescimento do individualismo e do enfraquecimento dos laços familiares e comunitários, e o controle da fecundidade passou a ser adotado em larga escala.

Porém, Alves (2002) ressalta a visão de Coale e Hoover, que em 1958 publicaram o livro “População e desenvolvimento econômico”, onde defendiam que a experiência da transição demográfica seria diferente entre os países do Primeiro Mundo e Terceiro Mundo, utilizando a experiência dos países de baixa renda, exemplificados pelo caso da Índia e do México:

“No primeiro caso, a transição ocorreria tal como descrita pelo arcabouço da teoria da modernização, vale dizer, as mesmas forças responsáveis pela queda da mortalidade provocariam, de forma endógena, a queda da fecundidade. No segundo caso, entretanto, a queda da mortalidade teria se dado de forma exógena devido à importação de antibióticos e inseticidas, à criação de organizações de saúde pública eficazes e à aplicação de métodos sanitários convenientes e de baixo custo. Os autores argumentam, então, que a queda da mortalidade ocorreu sem grandes transformações da estrutura econômica interna nos países subdesenvolvidos e concluem que o desenvolvimento econômico não é uma condição necessária para a transição da mortalidade nesses países. Por outro lado, Coale e Hoover consideram que um certo limiar de desenvolvimento deveria ser atingido para que a fecundidade começasse a cair, como no modelo de transição europeu. Porém, como os países de baixa renda ainda estavam atrasados no processo de desenvolvimento e na mudança da estrutura social, tenderiam a prevalecer as “atitudes, crenças e tradições”, isto é, as “escoras culturais pró-natalistas”, que sustentam um grande tamanho de família. Assim o desenvolvimento econômico seria necessário para o início da transição da fecundidade.” (p.35).

As etapas da Transição Demográfica podem, então, ser resumidas como: (a) redução das taxas de mortalidade, que possibilita o aumento da esperança de vida da população; (b) depois de certo tempo do início da queda da mortalidade, redução das taxas de fecundidade, provocando redução do tamanho das famílias; (c) num primeiro momento o crescimento populacional é observado, mas com a queda da

natalidade, o ritmo de crescimento reduz, tendendo à estabilidade (Alves e Cavenaghi, 2008).

Lesthaeghe e Nells (2002) apontam as características da Transição Demográfica como o envelhecimento populacional, concentrando a população nas idades mais avançadas, crescimento populacional aproximadamente nulo, taxa de fecundidade próxima ao nível de reposição (cerca de 2,1 filhos em média) e expectativa de vida mais elevada (acima de 70 anos). Neste caso, como há um balanço entre mortes e nascimentos, não há necessidade demográfica para sustentar a imigração.

Alves e Cavenaghi (2008) caracterizam a Transição Demográfica como fenômeno típico do século XX e destacam seus efeitos sobre a população:

“Um ganho inequívoco foi que a expectativa de vida média da população mundial dobrou em 10 décadas, passando de cerca de 30 anos, em 1900, para mais de 60 anos, em 2000. Nunca na história uma melhora das condições de saúde dessa magnitude havia acontecido e, provavelmente, nunca a esperança de vida vai dobrar novamente em um século. No mesmo período, um fenômeno social sem precedentes aconteceu com as taxas de fecundidade do mundo se reduzindo pela metade, passando de algo menos do que 6 filhos por mulher, em 1900, para cerca de 2,8 filhos, em 2000.”

Além disso, ressaltam os efeitos sobre o desenvolvimento econômico, uma vez que uma população com mais anos de vida garante maiores retornos financeiros para as famílias e a economia, e menores taxas de fecundidade provocam mudanças na estrutura etária, favorecendo a ampliação da população em idade economicamente ativa, reduzindo as taxas de dependência demográfica. Essas duas características possibilitam o surgimento de uma Janela de Oportunidade ou Bônus Demográfico¹, oportunidade de crescimento econômico decorrente da mudança da estrutura etária da pirâmide populacional.

Em relação ao comportamento reprodutivo, Alves e Cavenaghi (2008) apontam como novidade o controle da parturição dentro da família, limitada a idades mais altas da mulher, com menor número de filhos. Na Primeira Transição Demográfica as taxas de fecundidade reduzem, mas em geral, continuam acima do nível de reposição.

¹ Para uma primeira leitura sobre o Bônus Demográfico no Brasil ver: ALVES, J.E.D. O Bônus Demográfico e o Crescimento Econômico no Brasil. Aparte, IE-UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/usuarios/colunista.php?apelido=JEUSTAQUIO>

Segundo Brito (2007), a partir da década de 40 o Brasil iniciou o processo de transição demográfica e este vem ocorrendo de forma mais acelerada e generalizada que nos países desenvolvidos, assim como em outros países latino-americanos e asiáticos. A fecundidade reduziu rapidamente quando comparada a países europeus, o tamanho das famílias está cada vez menor, a mortalidade sofreu reduções significativas, cresceu rapidamente o peso relativo dos idosos, assim como a expectativa de vida da população. Alguns exemplos são a redução da taxa de fecundidade de 6,2 para 2,4 filhos entre 1960 e 2000, o aumento da proporção de idosos de 2,4% para 19% da população entre 1970 e 2000 e a redução da mortalidade infantil de 115 para 30 crianças em mil que morriam antes de completar um ano, no mesmo período. Porém, a transição demográfica no Brasil tem ocorrido de maneira desigual segundo regiões e grupos sócio-econômicos distintos, obedecendo às desigualdades geradas pelo próprio desenvolvimento do país.

Contudo, as transformações demográficas não se limitaram à Primeira Transição e em 1986 os demógrafos Lesthaeghe e Van de Kaa introduziram o conceito da Segunda Transição Demográfica. De acordo com os autores, os países industrializados haviam alcançado, de fato, um novo estágio de desenvolvimento demográfico, caracterizado principalmente pelo controle completo sobre os nascimentos e taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição. Enquanto deveria ser um movimento de adiamento dos nascimentos, os sinais eram de que os níveis de fecundidade permaneceriam muito abaixo do necessário para repor as próximas gerações, resultando em um desequilíbrio demográfico com efeitos já visíveis. O crescimento gradativo deste desequilíbrio aparentemente geraria uma tendência compensatória em um terceiro elemento demográfico, o aumento da imigração. O envelhecimento da população e a redução de pessoas jovens disponíveis para entrar no mercado de trabalho levariam direta ou indiretamente ao aumento da demanda pela força de trabalho estrangeira.

Lesthaeghe e Van de Kaa (1987) ressaltam ainda, que apesar do conceito inicial da Segunda Transição Demográfica focar as taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição, este vai além do comportamento reprodutivo. Destacam que as mudanças nas tendências demográficas são resultados de duas sucessivas motivações: não somente com relação à fecundidade, mas de uma forma mais geral,

com relação à composição das famílias. Os conceitos das duas transições foram edificados sobre diferentes modelos familiares. Enquanto a primeira se baseava no modelo patriarcal, a segunda se baseava no modelo individualista. Esta importante mudança de atitude relacionada às famílias vem afetando todo o processo de sua formação, inclusive a dissolução das uniões. Enquanto na Primeira Transição a família se tornou uma instituição forte, na Segunda Transição o “enfraquecimento” desta instituição foi considerado uma característica marcante. O aumento dos divórcios, as mudanças de atitude a respeito do aborto, o crescimento da coabitação, a aceitação de métodos contraceptivos modernos entre diversos segmentos da população e o próprio declínio dos nascimentos, também são interpretados neste contexto.

Na Segunda Transição Demográfica, o desenvolvimento econômico resultaria em baixos níveis de fecundidade, a uma variedade de arranjos familiares que não o casamento, à desconexão entre o casamento e a procriação, e a uma população não mais estacionária. Esta última enfrentaria um declínio de tamanho se não compensada pelo movimento migratório, e um envelhecimento superior ao encontrado na Primeira Transição devido à redução da fecundidade e ganhos expressivos em longevidade.

Alves e Cavenaghi (2007) resumem as principais características da Segunda Transição Demográfica como sendo: a) taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição; b) adiamento do nascimento do primeiro filho; c) aumento do número de filhos fora do casamento; d) mudanças no padrão de casamento e da maternidade/paternidade; e) crescimento da coabitação e das uniões consensuais; f) diversificação dos arranjos familiares e domiciliares; g) crescimento do número de divórcios e separações; h) mudanças do foco das famílias das crianças para o casal adulto; i) crescimento da imigração.

O surgimento de novos arranjos familiares de menor tamanho assim como a coabitação foram não apenas resultado das mudanças sócio-econômicas e da inclusão da mulher no mercado de trabalho, mas igualmente do aumento do nível educacional de homens e mulheres, que atingiram uma visão igualitária perante a sociedade, impulsionada pelo individualismo, pela ênfase na auto-realização, necessidade de reconhecimento e atualização. Se o controle da fecundidade na

Primeira Transição era uma importante forma de prevenir um grande número de filhos e nascimentos em idades mais avançadas dos pais, de forma a preservar as oportunidades da criança já nascida, na Segunda Transição o adiamento da paternidade competiria com o alcance de objetivos tais como o prolongamento da educação, o alcance de uma situação econômica mais estável em termos de rendimentos, aumento do consumismo associado a necessidades pessoais e o encontro de um parceiro adequado (Kaa 2002; Lesthaeghe e Surkyn, 2006). Neste contexto marcado por mudanças no padrão de fecundidade, na estrutura etária da população e na dinâmica das famílias, intensificou-se o crescimento domicílios unipessoais.

Lesthaeghe e Surkyn (2004) relacionam valores tipicamente associados com as características da Segunda Transição Demográfica:

- Secularização, ou o desaparecimento da presença da religião e o abandono de crenças religiosas tradicionais;
- A diversificação da política com o surgimento de partidos alternativos, protestos populares, a desconfiança sobre instituições e o anti-autoritarismo em geral;
- Igualdade de direitos, principalmente entre gêneros, tolerância pelas minorias, rejeição de distinção de classes e uma forte preocupação com a igualdade entre países do Norte e Sul associada com a “cidadania mundial”;
- Autonomia individual com respeito à ética, ao poder de escolha em setores de interferência com relação a vida e morte (aborto, eutanásia);
- Aumento da preocupação com individualismo e auto-atualização, traduzidos pela importância atribuída à imaginação e independência acima de todas as outras qualidades a serem enfatizadas na educação das crianças, e valorização de atrativos profissionais intrínsecos (trabalhos interessantes, permissão de iniciativa, desafios) em lugar de atrativos materiais (salários, férias, promoções);
- Tolerância por atitudes não convencionais no domínio de relacionamentos (por exemplo, sexo casual), e moralidade civil de uma forma mais geral;

- Fuga de formas clássicas de capital social e envolvimento comunitário associado a orientações religiosas ou políticas, em favor da própria seleção de relacionamentos.
- Porém, cabe ressaltar não só os valores, mas também a participação de outros fatores que condicionam a Segunda Transição Demográfica, entre eles:
- Antecedentes familiares: a experiência do divórcio dos pais ou a reconstrução da família após o divórcio frequentemente conduz à saída dos filhos mais cedo de casa, à maior ocorrência de pessoas morando sozinhas, uma forte preferência pela coabitação, e crescimento de famílias monoparentais;
- Mecanismos de difusão: com o passar do tempo, novas formas de comportamento ganharam aceitação e legitimidade no sistema legal (por exemplo, casamento homossexual), promovendo novas formas de comportamento;
- Diferenciação econômica: novos arranjos domiciliares podem acomodar diferentes condições econômicas. Por exemplo, a coabitação frequentemente aparece mais associada a fragilidade financeira que casamentos. Em contraste, a carência de independência financeira de jovens adultos e/ou a reduzida condição de aquisição da casa própria conduzem a prolongar a moradia dos mesmos na casa dos pais;
- Efeitos políticos, características do mercado de trabalho e condições de moradia: a saída de casa mais cedo, o aumento dos domicílios unipessoais e o prolongamento da coabitação na Europa, por exemplo, são características típicas de países com suporte de renda para estudantes e jovens adultos, com auxílio moradia ou disponibilidade de setores residências públicos e mercado de trabalho mais flexível permitindo trabalhos de meio expediente;
- Contextos históricos regionais e continuidades culturais: tendem a uma variedade de degraus de acomodação ou resistência a inovações demográficas.

As características da Segunda Transição Demográfica descritas por Van de Kaa e Lesthaeghe baseiam-se na experiência europeia, porém Lesthaeghe e Neidert (2006) apontam a generalização deste fenômeno por diversas regiões do mundo.

Segundo Therborn (2007), entre 2000 e 2005 as regiões mais desenvolvidas segundo as Nações Unidas, estavam distantes de reproduzir-se demograficamente, com uma taxa de fecundidade total de 1,56. Os Estados Unidos eram a única exceção importante, com uma taxa de 2,11. Muito abaixo do nível de reposição se encontravam também a Europa pós-comunista (Rússia com taxa 1,14, Bulgária e Letônia com as mais baixas, 1,10), China e Tailândia na Ásia. Na América Latina e Caribe, as taxas eram de 2,53. Apenas Cuba, Porto Rico e Trinidad e Tobago registraram taxas abaixo do nível de reposição.

Lesthaeghe e Neidert (2006) analisam o caso dos Estados Unidos, que é frequentemente discutido como uma exceção aos padrões de fecundidade encontrados na Europa ocidental. Porém, este país apresenta tendências que vão de encontro à Segunda Transição como o aumento da idade ao casar, crescimento das taxas de coabitação, aumento do número de pessoas que moram sozinhas, declínio dos recasamentos, adiamento da natalidade, e altas taxas de casais sem filhos. Muitas regiões conduzem e retardam os padrões de reprodução deste país. Os estados do nordeste, da costa Oeste e ao longo dos Grandes Lagos exibem formações familiares e padrões de fecundidade que são muito parecidos com os da Europa, enquanto a parte sul, e alguns estados da planície e da serra exibem padrões tradicionais baseados no casamento e paternidade em idades jovens, e nascimentos entre jovens não casados. O estudo realizado pelos autores conclui que o fenômeno da Segunda Transição neste país está claramente correlacionado com comportamentos políticos e religiosos, o que explica as diferenças regionais que elevam a taxa de fecundidade como um todo.

Em relação à América Latina, Arriagada (2007) apresenta as mudanças ocorridas na estrutura das famílias entre 1990 e 2005. O estudo que tem como base pesquisas domiciliares de dezoito países, entre eles o Brasil, aponta: (a) a redução das famílias nucleares de 63,1% para 61,4% devido ao aumento dos domicílios não familiares; (b) diminuição das famílias nucleares biparentais com filhos de 46,3% para 41,1%, que se explica em parte por sua transformação em famílias monoparentais com filhos, de chefia feminina; (c) aumento dos domicílios monoparentais chefiados por mulheres, relacionado com o aumento dos filhos fora do casamento, dos divórcios, separações, migrações e da esperança de vida; (d) leve redução das famílias

compostas de 23% para 21,7%; (e) aumento dos domicílios não familiares de 11,5% para 14,8%. Neste último grupo destacam-se os domicílios unipessoais que cresceram de 6,7% para 9,7%.

Assim, a Segunda Transição Demográfica traduz-se fortemente não só pela consolidação das baixas taxas de fecundidade, mas também pela diversificação dos arranjos familiares. Neste último caso, destaca-se o arranjo unipessoal que apresenta forte crescimento na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Diversos estudos apontam este comportamento.

Analisando a composição dos arranjos domiciliares dos Estados Unidos, Bianchi e Casper (2000) concluíram que o percentual de domicílios compostos por pessoas que viviam sozinhas dobrou de 13% para 26% entre 1960 e 2000, enquanto casais com filhos sofreu a maior redução, de 44% para 24% no período. Na Inglaterra, Palmer (2006) aponta que a participação dos domicílios unipessoais mais que dobrou, passando de 6,5% em 1971 para 14% em 2006. Wulff (2001) mostra que na Austrália, os domicílios unipessoais já correspondem por um quarto do total, e estima que chegarão a um terço em 2021. No Brasil, Gomes (2005) analisa dados dos censos demográficos de 1991 e 2000, mostrando o crescimento da participação dos domicílios unipessoais de 6,2% para 8,3% no período. Essas tendências revelam que a disseminação deste tipo de arranjo está avançando por países de todo mundo, assim como acontece no Brasil.

Em 2006, o demógrafo David Coleman observou duas mudanças importantes em relação à população de países europeus e dos Estados Unidos. A primeira está relacionada à descendência da população destes países, que tem mudando radicalmente e permanentemente devido à elevada imigração de pessoas provenientes de diversas regiões geográficas, com diversas etnias e origens raciais. A segunda refere-se à intensificação da queda da fecundidade, fazendo emergir a tendência de retirada dos filhos na composição dos arranjos familiares.

Este movimento de alta imigração internacional conjugado com baixíssimas e persistentes taxas de fecundidade são o que Coleman chama da Terceira Transição Demográfica. Especialmente em países europeus, que já estão com taxas de fecundidade muito reduzidas há pelo menos três décadas, o processo de

envelhecimento e de queda da população em idade economicamente ativa tem se combinado com a grande entrada de imigrantes de outras partes do mundo, provocando uma mudança na composição étnica e cultural destas sociedades (Alves e Cavenaghi, 2008).

Coleman (2006) reforça que os conceitos das primeira e segunda transições não consideram a migração e suas conseqüências sobre a composição das populações de forma explícita, embora Van de Kaa (1999) tenha assumido o crescimento da imigração como conseqüência indireta das baixas taxas de fecundidade de países recipientes. O processo resultante da terceira transição demográfica implica em mudanças na composição populacional destes países, em sua cultura, aparência, experiências sociais e até mesmo a própria percepção de identidade de seus habitantes. As taxas vitais, o crescimento populacional e a composição dos arranjos familiares, focos das primeira e segunda transições, também são afetados assim como a composição etária. Em termos reprodutivos, a terceira transição trata não só da manutenção de baixas taxas de fecundidade, como também da retirada da procriação, onde a participação dos arranjos compostos por homens e mulheres que vivem sozinhos, além de casais sem filhos, é cada vez maior.

Sobotka (2005) analisou e projetou tendências de fecundidade de 17 países europeus e Estados Unidos, no que diz respeito a mulheres desprovidas de filhos. Os cenários revelam que o adiamento do nascimento do primeiro filho e a própria retirada da procriação vão crescer gradualmente em quase todos os países industrializados, porém esta tendência não é tão dramática: nos países de maior incidência é provável que atinjam aproximadamente 25% das mulheres, não ultrapassando 30% das mesmas. Já nos casos mais típicos, este percentual deve variar entre 15% e 22%, tanto entre mulheres que nunca se casaram quanto entre mulheres casadas. Desta forma, Sobotka reforça que embora não haja uma tendência para uma sociedade sem filhos (childlessness), o número de mulheres e homens que optam por pela “fecundidade zero” cresceu, especialmente na Europa e, em menor proporção, nos Estados Unidos da América.

Analisando a fecundidade dos países da América Latina, Bixby (2009) concluiu que a proporção de mulheres de 25 a 29 anos que ainda não tiveram filhos cresceu substancialmente na última década, e está fortemente relacionada ao aumento do

nível educacional das mesmas. Bixby levanta o questionamento de que este crescimento representa não só o adiamento da maternidade como também um sinal da emergente retirada voluntária da procriação entre um grupo de jovens mulheres destes países.

Segundo Alves e Cavenaghi (2008), no caso do Brasil, dado o alto grau de heterogeneidade estrutural, as três transições podem ser encontradas ao mesmo tempo. Quanto à migração, pode ser caracterizado como um país miscigenado, que recebeu muitos migrantes ao longo de sua história. Porém, nas últimas décadas tem mandado mais brasileiros para fora do país do que recebido imigrantes estrangeiros.

Quanto comportamento reprodutivo, o mapeamento dos regimes de fecundidade no Brasil de Berquó e Cavenaghi (2004) apontam que os padrões variam de acordo com o nível sócio-econômico das mulheres. No ano 2000, 5% das brasileiras tinham taxa de fecundidade acima de 5 filhos, sendo que estas possuíam baixos níveis de renda e educação. Além disso, seu padrão de taxas específicas de fecundidade mantinham a mesma distribuição da época da Primeira Transição Demográfica, isto é, mais altas nas idades mais jovens, principalmente entre adolescentes. Entretanto, mulheres com maiores níveis de renda e educação possuíam padrão reprodutivo muito baixo ou ao nível de reposição, conforme os países classificados na Segunda Transição Demográfica por Lesthaeghe e Neidert (2006). Já para mulheres das mais altas classes de renda e com alto grau de escolaridade, as taxas de fecundidade se assemelhavam àquelas encontradas nos países europeus definidos por Coleman (2006) como estando na Terceira Transição Demográfica. (Alves e Cavenaghi, 2008)

Portanto, pode-se encontrar no Brasil várias características das três Transições Demográficas. Como resultado dos diversos vetores provocados pela nova dinâmica populacional, existe um crescimento dos arranjos unipessoais no Brasil, que serão objeto central deste estudo.

2.2 Relações de Gênero na Pesquisa Social

A partir do século XX, foram observadas grandes transformações no que diz respeito à condição da mulher na sociedade. Antes mais restritas ao espaço doméstico, passaram a se apresentar e manifestar em todos os setores sociais, como o econômico, político e educacional, de acordo com os ideais do Movimento Feminista. No Brasil estas mudanças também ocorreram e, inicialmente, passaram a ser tratadas por pesquisadores como “questões das mulheres”, que exploravam conceitos e métodos de pesquisa oriundos da Teoria Feminista. A partir da década de 1980, um novo conceito foi difundido no país e vem crescendo amplamente em campos de estudo como Antropologia, Sociologia, Ciências Humanas, Psicologia e História: o conceito de gênero (Zirbel, 2004).

Eleonora Oliveira (2008) discute os impactos do feminismo sobre as pesquisas no campo das Ciências Sociais e apresenta algumas visões sobre gênero, reforçando a diferença destes dois conceitos: enquanto o feminismo é uma prática social, que se refere à ação das mulheres organizadas, o gênero é a categoria de análise útil para explicar as relações de poder hierárquicas entre os sexos, diferentemente do sexo anatômico e fisiológico conforme o ponto de vista das ciências biológicas.

Dentre as definições citadas por Oliveira (2008), está a da historiadora americana Joan Scott que compreende o gênero como o sexo socialmente construído, tratando-se de uma forma de significar as relações de poder. Considerando que as mudanças nas relações sociais correspondem sempre às mudanças nas representações de poder, Scott ressalta que nem sempre esta última segue um sentido único, isto é, é passível de mutações.

Já Teresita de Barbieri define as relações de gênero como um conjunto de práticas, normas, representações e valores que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anatômica que dão sentido à satisfação dos impulsos sexuais, à reprodução da espécie humana e, em geral, ao relacionamento entre as pessoas. Para a antropóloga americana Gayle Rubin em seu estudo sobre o “sistema de domesticação das mulheres”, o sistema de gênero é definido como um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação é moldada pela intervenção humana e social e satisfeita de forma convencional.

Zirbel (2004) ressalta as implicações trazidas pelo conceito de gênero para o campo das Ciências Humanas através da colocação feita por Guacira Lopes Louro:

(...) ainda que os estudos continuem priorizando as análises sobre as mulheres, eles estarão agora, de forma muito mais explícita, referindo-se também aos homens. Busca-se intencionalmente, contextualizar o que se afirma ou se supõe sobre os gêneros, tentando evitar as afirmações generalizadas a respeito da “Mulher” ou do “Homem”. Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afasta-se (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que existia a priori. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 1997, p.22).

Estas implicações também são observadas por Bruschini (1992), que define o gênero como modo de se referir à organização social das relações entre os sexos, rejeitando o determinismo biológico que busca explicações para a submissão feminina na exaltação da capacidade física ou produtiva masculina. Conclui, assim, que é uma categoria relacional, que enfatiza as qualidades fundamentalmente sociais das distinções baseadas em sexo, definindo homens e mulheres uns em relação aos outros.

Segundo Pinnelli (2004), todos os comportamentos relacionados à análise familiar, tais como o sexual, econômico, reprodutivo e educacional, foram associados ao modelo de família nuclear, que conta com a tradicional divisão dos papéis entre o marido e a esposa como provedor e cuidadora. Apesar deste modelo ter começado a declinar a partir da década de 1970 com a redução dos diferenciais de gênero, a família continua sendo um dos elementos centrais das discussões sobre o assunto. Não só a definição dos papéis de homens e mulheres são temas de estudo, como também seus impactos sobre a estrutura das famílias.

Uma série de fatores explicam as mudanças no comportamento familiar observado nas últimas décadas no que diz respeito questões de gênero, entre eles: (a) o aumento da escolaridade feminina e por consequência melhores oportunidades de trabalho proporcionaram maior autonomia às mulheres, contribuindo para mudanças nos padrões de nupcialidade, como adiamento dos casamentos e aumento dos

divórcios; (b) o crescente consumismo e a satisfação de desejos individuais, característicos da Segunda Transição Demográfica, contribuíram para impulsionar a participação laboral da mulher, assim como para a redução do número de filhos em busca de melhores condições econômicas para o casal adulto; (c) a disseminação do uso de métodos contraceptivos, reduzindo a procriação indesejada e casamentos forçados, proporciona maior oportunidade de aprimoramento educacional e dedicação à vida profissional feminina, garantindo maiores condições de competitividade no mercado de trabalho; e (d) o declínio de normas e instituições sociais que respaldavam fortemente o matrimônio, a família e a procriação, contribuindo para os desequilíbrios de gênero, em contraste com o surgimento de leis que garantem condições igualitárias para homens e mulheres.

Desta forma, as transformações ocorridas no âmbito familiar nas últimas décadas são acompanhadas de mudanças de gênero, marcadas pelo aumento da equidade entre os sexos (Pinnelli, 2004). Um exemplo disso é o crescimento dos domicílios unipessoais, que tem ganhado força à medida que as mulheres conquistam maior nível educacional e espaço no mercado de trabalho, resultando no adiamento das uniões e da procriação nas idades mais jovens, além do aumento dos divórcios e separações entre casais.

Uma questão de gênero importante tratada por Jacques Vallin (2004) e que determina o crescimento dos domicílios unipessoais é a sobremortalidade masculina. A análise de um conjunto heterogêneo de países desenvolvidos e em desenvolvimento mostra que a diferença entre a expectativa de vida de mulheres e homens assume desde valores pequenos, como no caso da Índia (0,6 anos), a valores elevados como na França (8,3 anos). Esta diversidade de situações indica que a diferença não é apenas biológica, sendo pouco provável que a distância genética entre populações humanas tão expressivas seja suficiente para acarretar tais diferenciais com base em fatores puramente biológicos. Logo, a sobremortalidade assim como vários outros diferenciais entre homens e mulheres são uma questão de “sexo socialmente construído” e impacta o crescimento dos arranjos unipessoais, uma vez que muitas mulheres idosas ficam sozinhas em função da viuvez.

Para Guedes (2004) duas dimensões são condições fundamentais para o estabelecimento de relações mais igualitárias de gênero: o fim dos diferenciais nos níveis educacionais entre os sexos e a crescente ocupação feminina de cargos ou postos de trabalho que detenham poder e exerçam influência sobre as mais diversas esferas da vida social. Estas dimensões são o que a literatura define como “empoderamento da mulher”. Segundo Pinnelli (2004), o empoderamento é medido, de uma forma geral, a partir dos recursos (educação e trabalho remunerado) e poder (participação no poder político) das mulheres. Estes são os indicadores “crus” de um conceito que é muito mais complexo, porém a crescente participação das mulheres nestes três quesitos fornece a idéia da redução das diferenças de gênero.

Numa análise detalhada sobre a educação das mulheres brasileiras e seus reflexos sobre o mercado de trabalho, Guedes (2004) verifica que o aumento da escolarização feminina foi concomitante à queda nos diferenciais de participação laboral por sexo, indicando que se o acesso à educação no Brasil continuar se expandindo, especialmente no 2º grau, a tendência é que este hiato diminua cada vez mais, já que as taxas de participação de homens e mulheres com níveis mais elevados de educação são bastante próximas. A análise da proporção dos salários femininos em relação aos masculinos mostra uma redução da desigualdade de 40%, em 1970, para 70% em 2000. Pequenas melhoras foram observadas em todos os recortes educacionais ao longo das décadas, mas nos Censos de 1991 e 2000 permaneceu uma tendência de crescimento das desigualdades salariais por sexo nos grupos de maior escolaridade, retratando que mesmo em menor escala, a segmentação ocupacional ainda se faz presente.

Apesar do aumento da escolaridade feminina e de algumas mulheres já estarem ingressando em cursos de maior prestígio e tradicionalmente masculinos, ainda ocorre uma escolha pelos cursos tipicamente femininos, principalmente nas áreas de educação, saúde, bem-estar social, humanidades e artes. Este comportamento se reflete na sua inserção no mercado de trabalho, fazendo com que muitas delas estejam concentradas em ocupações tipicamente femininas e menos prestigiadas em termos salariais, formando os chamados “guetos ocupacionais”. (Guedes, 2004). Diante deste cenário, é importante entender se estas diferenças salariais e ocupacionais se aplicam ao caso unipessoal, especialmente entre jovens que optam

por se dedicarem ao aprimoramento profissional e educacional, adiando o casamento e nascimento do primeiro filho.

Mais em específico, a análise do universo populacional que possui nível universitário no Brasil mostra que de 1970 para o ano 2000, os diferenciais de gênero diminuíram no que diz respeito ao número de horas semanais trabalhadas, à distribuição salarial e posição na ocupação, com mulheres ocupando categorias mais valorizadas. Apesar dos avanços, ainda mantiveram-se algumas desigualdades como o diferencial de horas trabalhadas favorável aos homens em 16% entre os trabalhadores que possuem jornada igual ou superior a 40 horas, a permanência de uma baixa proporção de mulheres trabalhadoras com rendimento superior a 30 salários mínimos, além da evidência de que persista uma expressiva segmentação profissional, onde muitas mulheres continuam inseridas em profissões tipicamente femininas, possível causa da desigualdade salarial identificada (Guedes, 2009).

Mas se os avanços educacional e profissional das mulheres acarretam melhores condições sócio-econômicas, por outro lado proporcionam uma dupla jornada de trabalho, uma vez que ainda assumem em maior parte as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos. Segundo Pinnelli (2004), estudos sobre uso do tempo (incluindo o sono) realizados em países desenvolvidos de diversas áreas geográficas mostram que, em média, mulheres trabalham mais que os homens. Enquanto elas dedicam 35% de seu tempo ao trabalho, sendo 19,2% ao não remunerado centrado em tarefas domésticas, homens trabalham 30,3% do tempo, sendo apenas 8,3% dedicados aos afazeres do lar. Desta forma, conclui que homens possuem mais tempo para si.

Analisando a divisão sexual do trabalho de casais onde a mulher possui entre 20 a 39 anos, Pinnelli (2004) identificou que nos casos onde a mulher tem maior responsabilidade pelas atividades domésticas, em geral, estas possuem menor nível educacional, em maior parte não trabalham e são mais jovens que os parceiros. Já as mulheres que compartilham estas atividades com seus parceiros em maior grau são mais qualificadas, em geral, empregadas e com idades mais próximas ao homem. Pinnelli, que define como “novos casais” a última tipologia de família, reforça que definitivamente possuem uma divisão de papéis menos rígida que os demais, além de maior tendência a não desejarem filhos. No caso das pessoas que

vivem sozinhas, é razoável esperar que a diferença do tempo de dedicação aos afazeres domésticos entre homens e mulheres seja equiparável nas faixas de idade mais jovens, dado a ausência do cônjuge para dividir as tarefas do lar e a ausência de filhos.

No campo familiar, a análise de Guedes (2009) sobre a população com nível superior aponta um aumento da proporção de mulheres responsáveis pelos domicílios, resultado da maior autonomia feminina. Além disso, os cruzamentos entre faixa etária, estratos salariais e parturição relativizam a relação entre a maternidade e o nível salarial, uma vez que mulheres jovens com filhos possuem as piores remunerações, enquanto mulheres de 40 a 49 anos com filhos possuem os melhores salários, mostrando que o momento que a criança nasce é central para a relação entre estas variáveis.

Segundo Dimenstein (2006), “o estudo é um estímulo ao progresso profissional feminino, mas não ao enlace matrimonial”. Analisando a nupcialidade entre mulheres de diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade, Dimenstein conclui que mulheres com curso superior completo têm mais dificuldade de casar ou preferem ficar sozinhas por mais tempo do que aquelas com baixa escolaridade. Na faixa etária de 20 a 29 anos, o percentual de mulheres solteiras com nível superior é de 61% contra 21% das que possuem até 3 anos de escolaridade. Já Na faixa de 30 a 39 anos, o índice de solteiras é aproximadamente 25% entre aquelas com nível universitário e 9% entre as de pouca escolaridade. Para a faixa de 50 a 59 anos, a disparidade se mantém em 16% e 5% respectivamente.

Segundo Berquó (2001) a chefia feminina vem crescendo no Brasil e em geral, é um fenômeno tipicamente urbano, que se concentra entre mulheres mais jovens, negras e separadas, em arranjos monoparentais e, em geral, são pobres e pouco escolarizadas. Neste caso, a entrada no mercado de trabalho torna-se condição necessária para a manutenção do próprio sustento e dos filhos, quando existentes. Apesar do processo de morar sozinha ser frequentemente associado à idéia de estar “solteira”, muitas mulheres assumem esta condição sem que seja desejada, como por exemplo após uma separação, divórcio, perda do marido, ou mesmo saída dos filhos de casa, que são as tantas tendências observadas na Segunda Transição Demográfica.

Desta forma, esta breve revisão de literatura sobre as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho mostra que é um tema muito complexo, que está intimamente relacionado ao processo de formação familiar e às transformações que esta vem sofrendo no decorrer das três transições demográficas. Algumas questões serão tratadas mais a fundo no capítulo de análise de gênero dos domicílios unipessoais, que tem como objetivo investigar e compreender os diferenciais entre homens e mulheres que moram sozinhos em diferente coortes de idade, avaliando também as particularidades deste arranjo em relação às tendências de gênero observadas nas famílias de um modo geral.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo iremos descrever a metodologia utilizada na análise dos domicílios unipessoais. Em primeiro lugar, trataremos da base utilizada, a razão de escolha pela mesma e a descrição desta pesquisa. Em segundo lugar apresentaremos as principais variáveis utilizadas, assim como suas descrições de acordo com as definições previstas pelo IBGE. Por fim, será detalhado o método de seleção dos domicílios unipessoais e dos demais arranjos utilizados para comparação, além dos grupos de gênero unipessoais, que são analisados no capítulo 5.

3.1 Base de Dados

O estudo analisa as características dos arranjos unipessoais comparativamente aos demais arranjos domiciliares a partir de dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 1997 e 2007.

A PNAD é uma pesquisa anual por amostragem probabilística de domicílios e sua população alvo é composta pelos domicílios e pessoas residentes em domicílios na área de abrangência da pesquisa.

Segundo o IBGE (2007), o objetivo desta pesquisa é a produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento econômico do País. Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que investiga diversas características socioeconômicas, sendo algumas delas permanentes ao longo dos anos, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outros temas, incluídos de acordo com as necessidades de dados para o País.

A primeira versão da pesquisa foi realizada no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais com realização no último trimestre. A pesquisa foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000, para a realização do Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) em 1974 e 1975 - que além de pesquisar os dados

levantados pela PNAD, investigou consumo alimentar e orçamentos familiares - e finalmente em 1994, por razões excepcionais.

No que diz respeito à abrangência geográfica, esta pesquisa desde o início teve o objetivo de ser nacional, o que foi alcançado gradativamente. Em 1967 abrangia a área que hoje abrange o Estado do Rio de Janeiro. No final da década de 1960, a PNAD já abrangia as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul e o Distrito Federal. Essa cobertura foi evoluindo ao longo dos anos, até que na década de 1990 já cobria todo o País, com exceção da área rural dos estados do Norte, que compreendia Rondônia, Roraima, Acre, Amapá, Pará e Amazonas. Esta cobertura se manteve até 2003 e em 2004 finalmente alcançou todo o território Nacional.

Em relação à diversidade de dados, a PNAD sofreu uma série de incorporações desde sua implantação, porém as características básicas iniciais mantiveram-se inalteradas visando gerar uma série histórica. Por exemplo, em 1987 a pesquisa básica incorporou a investigação da cor das pessoas, e em 1988 a existência de rádio e televisão dos domicílios permanentes. Através de pesquisas suplementares ao longo dos anos foram investigados dados como saúde, educação, previdência, trabalho, entre outros. Na década de 2000, além de aspectos gerais da população, como educação, trabalho, rendimento e habitação, vêm sendo mantidos os temas suplementares migração e fecundidade, que também fizeram parte de todas as pesquisas da PNAD da década de 1990.

A PNAD 2007 conta com duas novidades em relação aos anos anteriores. Foram introduzidos o uso do coletor eletrônico (*Personal Digital Assistant - PDA*) para a realização das operações de coleta, e do sistema *DIA - Detección e Imputación Automática de errores para datos cualitativos*, que é um aplicativo computacional desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística da Espanha, cujos objetivos foram aprimorar o sistema operacional da pesquisa e facilitar a depuração da pesquisa, respectivamente. Nesse primeiro ano de utilização do aplicativo, foram executadas todas as etapas de crítica habitualmente aplicadas aos dados do questionário básico da PNAD e, em seguida, num processo de validação simultânea dos dados coletados e do novo procedimento, foram processadas a crítica e a imputação de dados categóricos a partir do DIA.

A escolha da PNAD como base de dados para realização deste trabalho se deve principalmente a: (a) seu caráter recente, uma vez que a alternativa de base de dados que nos permitiria identificar os arranjos domiciliares e suas características sócio-econômicas seria o Censo 2000, porém a PNAD fornece dados 7 anos mais atualizados; (b) a disponibilidade de uma vasta gama de informações sócio-econômicas, que permite não só fazer a distinção entre os diferentes tipos de arranjos, como também atende o universo de características que se deseja investigar em relação a estes; e (c) a possibilidade de comparação com histórico, dado que a PNAD vem sendo estruturada ao longo dos anos de forma a preservar características metodológicas justamente com este intuito.

3.2 Variáveis Utilizadas

O quadro 1 relaciona o conjunto de variáveis utilizadas para realizar a caracterização sócio-demográfica e de gênero dos domicílios unipessoais no Brasil.

Quadro1: Variáveis utilizadas na análise

Variável	Descrição	Categorias
Sexo	Sexo do morador	Masculino ou feminino
Idade	Idade do Morador	0 a 12 anos
Condição na unidade domiciliar	Condição do morador no domicílio	Pessoas de referência (chefe), cônjuge, filho, outro parente, agregado, pensionista, empregado doméstico ou parentes do empregado doméstico
Cor ou Raça	Cor ou raça declarada pelo morador	Branca, preta, amarela, parda, indígena ou sem declaração
Anos de estudo	Total de anos de estudos cursados pelo morador até a semana de referência	Sem instrução e menos de 1 ano, 1 - 15 anos, 15 anos ou mais ou não determinado
Condição de atividade	Condição de atividade na semana de referência para pessoas de 10 ou mais anos de idade	Economicamente ativas, não-economicamente ativas ou não aplicável
Condição de ocupação	Condição de atividade na semana de referência para pessoas de 10 ou mais anos de idade	Ocupadas, desocupadas ou não aplicável

Posição na ocupação no trabalho principal	Posição na ocupação no trabalho principal na semana de referência para pessoas de 10 ou mais anos de idade	Empregado com carteira assinada, militar, funcionário público, empregado sem carteira assinada, trabalhador doméstico com carteira, trabalhador doméstico sem carteira, conta própria, empregador, trabalhador na produção para consumo próprio, trabalhador na construção para uso próprio, não-remunerado ou não aplicável
Horas habitualmente trabalhadas por semana	Horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade	Até 14 horas, 15 a 39 horas, 40 a 44 horas, 45 a 48 horas, 49 ou mais horas ou não-aplicável
Contribuição para previdência	Contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade	Contribuinte, não contribuinte ou não aplicável
Rendimento mensal do trabalho principal	Rendimento mensal do trabalho principal para pessoas de 10 anos ou mais de idade	R\$ Valor, sem declaração ou não aplicável
Rendimento mensal de todas as fontes	Rendimento mensal de todas as fontes para pessoas de 10 anos ou mais de idade	R\$ Valor, sem declaração ou não aplicável
Rendimento mensal domiciliar	Rendimento mensal domiciliar para todas as unidades domiciliares (exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e das pessoas de menos de 10 anos de idade)	R\$ Valor, sem declaração ou não aplicável
Rendimento mensal domiciliar per capita	Rendimento mensal domiciliar per capita (exclusive as informações das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico)	R\$ Valor, sem declaração ou não aplicável
Número de componentes do domicílio	Número de componentes do domicílio (exclusive as pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do	1-30 pessoas ou não aplicável

	empregado doméstico)	
Cuidava dos afazeres domésticos na semana de referência	Cuidava dos afazeres domésticos na semana de referência	Sim, não ou não aplicável
Número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos	Número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos	0-98 horas ou não aplicável
Espécie do domicílio	Espécie do domicílio	Particular permanente, particular improvisado, coletivo ou não aplicável
Tipo do domicílio	Tipo do domicílio	Casa, apartamento, cômodo ou não aplicável
Número de cômodos do domicílio	Número de cômodos do domicílio	1-30 cômodos ou não aplicável
Condição de ocupação do domicílio		Próprio já pago, próprio ainda pagando, alugado, cedido por empregador, cedido de outra forma, outra condição ou não aplicável
Proveniência da água canalizada utilizada no domicílio	Proveniência da água canalizada utilizada no domicílio	Rede geral de distribuição, poço ou nascente, outra proveniência ou não aplicável
Tem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade	Tem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade	Sim, não ou não aplicável
Forma de escoadouro do banheiro ou sanitário	Forma de escoadouro do banheiro ou sanitário	Rede coletora de esgoto ou pluvial, fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial, fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial, fossa rudimentar, vala, direto para o rio, lago ou mar, outra forma ou não aplicável
Destino do lixo domiciliar	Destino do lixo domiciliar	Coletado diretamente, coletado indiretamente, queimado ou enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio ou logradouro, jogado em rio, lago ou mar, outro destino ou não aplicável
Forma de iluminação do domicílio	Forma de iluminação do domicílio	Elétrica (de rede, gerador, solar), óleo/querosene/gás de botijão, outra forma ou não aplicável
Tem telefone móvel celular	Tem telefone móvel celular	Sim, não ou não aplicável
Tem telefone fixo convencional	Tem telefone fixo convencional	Sim, não ou não aplicável
Tem fogão de duas ou mais bocas	Tem fogão de duas ou mais bocas	Sim, não ou não aplicável

Tem fogão de uma boca	Tem fogão de uma boca	Sim, não ou não aplicável
Tem rádio	Tem rádio	Sim, não ou não aplicável
Tem televisão em cores	Tem televisão em cores	Sim, não ou não aplicável
Tem televisão em preto e branco	Tem televisão em preto e branco	Sim, não ou não aplicável
Tem geladeira	Tem geladeira	Sim, não ou não aplicável
Tem máquina de lavar roupa	Tem máquina de lavar roupa	Sim, não ou não aplicável
Tem microcomputador	Tem microcomputador	Sim, não ou não aplicável
Microcomputador é utilizado para acessar a Internet	Microcomputador é utilizado para acessar a Internet	Sim, não ou não aplicável
Situação censitária	Situação censitária	Urbana ou rural
Grandes Regiões	Composição feita através da variável Unidade da Federação	Norte, Nordeste, Sul, Sudeste ou centro-Oeste

Fonte: IBGE, 2007

3.3 Métodos de Seleção dos Domicílios Unipessoais

Antes de especificar o método de seleção dos domicílios unipessoais, faz-se necessário detalhar as delimitações da base de dados. Assim, algumas definições tornam-se necessárias para melhor entendimento.

Os domicílios podem ser classificados como particulares ou coletivos. O primeiro caso se dá quando são destinados à habitação de uma ou mais pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou por normas de convivência. Já os domicílios coletivos são aqueles destinados à habitação de pessoas onde prevalece o cumprimento de normas de convivência administrativas como, por exemplo, hotéis, asilos, hospitais, quartéis, entre outros. (IBGE, 2007)

Os domicílios particulares são classificados segundo a espécie como permanentes e improvisados. O primeiro corresponde a domicílios localizados em casas, apartamentos ou cômodos destinados à moradia. O segundo, a domicílios

localizados em unidades que não possuem dependência destinada exclusivamente à moradia, tal como loja, sala comercial, tenda ou prédio em construção.

O presente estudo contempla apenas os domicílios particulares permanentes, uma vez que entender a relação de parentesco ou não-parentesco dentro dos domicílios, identificar corretamente aqueles onde reside somente uma pessoa, e conhecer suas características são fatores fundamentais para que este estudo seja viável.

Após a seleção dos domicílios particulares permanentes, é necessário entender a composição dos arranjos domiciliares. Por este entende-se a combinação de moradores de um determinado domicílio, classificados previamente segundo o tipo de relação que possuem com as pessoas de referência, seja esta de parentesco ou não. Conforme visto anteriormente (quadro 1), os moradores podem ser classificados segundo sua condição na unidade domiciliar como pessoas de referência (chefe), cônjuge, filho, outro parente, agregado, pensionista, empregado doméstico ou parentes do empregado doméstico.

A composição dos arranjos domiciliares analisados no presente estudo toma como base a família principal do domicílio, contemplando todos os moradores e considerando as seguintes regras de seleção:

- a) Unipessoais: domicílios onde reside exclusivamente a pessoa de referência. Aqueles onde reside qualquer outra unidade domiciliar, seja empregado doméstico ou parente de empregado doméstico, não serão contemplados como domicílios unipessoais. Cabe ressaltar que a representatividade deste último grupo é inferior a 1% do total de domicílios unipessoais em 2007.
- b) Casais com filhos: domicílios compostos pela pessoa de referência, cônjuge e filhos, independente de residir ou não outros parentes, agregados, pensionistas, empregados domésticos e seus parentes.
- c) Casais sem filhos com parentes e/ou agregados: domicílios onde moram a pessoa de referência, o cônjuge e outros parentes e/ou agregados, porém não há presença de filhos. Neste caso, independe se residem pensionistas, empregados domésticos e seus parentes.

d) Casais sem filhos sem parentes e/ou agregados: domicílios onde moram a pessoa de referência e o cônjuge, porém não há presença de filhos, outros parentes e agregados. Neste caso, também independe se residem pensionistas, empregados domésticos e seus parentes.

e) Mulheres com filhos: domicílios compostos pela pessoa de referência do sexo feminino, seus filhos, porém não há presença do cônjuge. Neste caso, independe se residem outros parentes, agregados, pensionistas, empregados domésticos e seus parentes.

f) Homens com filhos: domicílios compostos pela pessoa de referência do sexo masculino, seus filhos, porém não há presença do cônjuge. Neste caso, independe se residem outros parentes, agregados, pensionistas, empregados domésticos e seus parentes.

g) Outros tipos: engloba todas as demais combinações de unidades domiciliares, como por exemplo, domicílios compostos por chefe e agregados, chefe e empregados domésticos, chefe e pensionistas, entre outros.

Para a análise de gênero dos domicílios unipessoais, foram utilizadas composições das variáveis sexo e idade referentes aos chefes, conforme a seguir:

- Homens de 20 a 39 anos
- Homens de 40 a 59 anos
- Homens de 60 ou mais anos
- Mulheres de 20 a 39 anos
- Mulheres de 40 a 59 anos
- Mulheres de 60 ou mais anos

Nesta parte do estudo não foram contemplados domicílios unipessoais cujos chefes possuem menos de 20 anos, uma vez que na maioria dos casos ainda não atingiu a maturidade sócio-econômica e educacional, além de possuírem pequena representatividade estatística.

Com estes tipos de arranjo domiciliares será possível comparar as características dos domicílios unipessoais com a típica família nuclear composta por casais com

filhos, e os arranjos emergentes nas segunda e terceira transições demográficas tais como casais sem filhos e monoparentais. Já os recortes por coortes de idade dos grupos de gênero garantem melhor discriminação e avaliação dos dados.

4 CARACTERIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS UNIPESSOAIS NO BRASIL: ANÁLISE DOS DADOS DE 1997 E 2007

4.1 Introdução

A revisão de literatura revela as características das três Transições Demográficas em relação à estrutura das famílias, dentre elas a diversificação dos arranjos domiciliares e a retração do tamanho das famílias. Este fenômeno, que está relacionado à modernização e aumento do individualismo, vem se ampliando por países de todo mundo à medida que atingem certo grau de desenvolvimento econômico. O Brasil insere-se neste contexto de consolidação de novos modelos domiciliares formados por pessoas que optam por terem filhos fora das uniões conjugais, por serem mães ou pais solteiros, de jovens que escolhem sair da casa dos pais e morarem sozinhos, casais que não têm filhos, uniões dissolvidas que se fundem a novas famílias, que originam mais pessoas vivendo sozinhas, ou ainda, pelo crescente número de idosos que cada vez menos se agrega a outros núcleos familiares.

Os estudos sobre família explicam de forma genérica a tendência de crescimento do número dos arranjos unipessoais por uma combinação de fatores: aumento da expectativa de vida, especialmente para as mulheres; queda da fecundidade e da mortalidade com impacto sobre o tamanho e composição da família; aumento da escolaridade das mulheres e entrada no mercado de trabalho associado a processos crescentes de urbanização; fluxos migratórios significativos e aumento das taxas de divórcio e separações e fatores de ordem subjetiva, como o desejo de individualidade (Gonçalves, 2007).

Visto que diferentes motivadores contribuem para a formação dos arranjos unipessoais, que vem crescendo intensamente não só no Brasil como em países de todo mundo, o presente capítulo tem como objetivo descrever o perfil social, educacional, econômico e de moradia das pessoas que moram sozinhas, comparativamente aos demais arranjos domiciliares, utilizando dados das PNADs de 1997 e 2007.

4.2 Perfil Sócio-Demográfico: Idade, Cor e Escolaridade

De acordo com os dados da PNAD apresentados na Tabela 1, o número total de domicílios particulares permanentes ocupados no Brasil era de 40,6 milhões em 1997, passando para 56,3 milhões em 2007. O arranjo de maior representatividade nos dois anos foi o de casais com filhos, correspondendo a 59,3% e 50,5% dos domicílios, respectivamente. Porém, este foi o arranjo que menos cresceu na década (18,1%), daí sua redução de 8,8 pontos percentuais.

Em contrapartida, o arranjo unipessoal apresentou o maior crescimento entre 1997 e 2007: 86,2% que correspondem a cerca de 2,9 milhões de novos domicílios de acordo com a PNAD 2007. Esse arranjo que respondia por 8,6% dos domicílios no primeiro ano atingiu participação de 11,5% no último ano.

Pouco maiores que o arranjo unipessoal, observamos os domicílios compostos por mulheres com filhos e casais sem filhos sem parentes e/ou agregados com participações de 15,4% e 12,7% respectivamente. Estes arranjos obtiveram as maiores taxas de crescimento após o unipessoal. Para os arranjos compostos por casais sem filhos, este aumento pode ser relacionado tanto ao movimento de saída dos filhos, resultando em um grupo de casais em idades mais avançadas, quanto aos jovens casais que postergam a procriação em busca de estabilidade financeira e realização profissional. Estas transformações na dinâmica das famílias brasileiras vão de encontro com as características das segunda e terceira transições demográficas, que originalmente foram descritas a partir da experiência europeia e estão sendo observadas em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Tabela 1: Distribuição dos domicílios por tipo de arranjos domiciliares (com base na família principal), Brasil, 1997-2007.

Arranjos domiciliares	Nº de domicílios		Crescimento Relativo	Distribuição dos domicílios	
	1997	2007		1997	2007
Unipessoais	3.475.368	6.472.265	86,2%	8,6%	11,5%
Casais com filhos	24.095.981	28.453.759	18,1%	59,3%	50,5%
Casais sem filhos com P/A	1.201.318	1.906.409	58,7%	3,0%	3,4%
Casais sem filhos sem P/A	4.040.737	7.153.978	77,0%	9,9%	12,7%
Mulheres com filhos	5.270.532	8.673.703	64,6%	13,0%	15,4%
Homens com filhos	896.480	1.145.356	27,8%	2,2%	2,0%
Outros tipos	1.641.240	2.538.718	54,7%	4,0%	4,5%
Total	40.621.656	56.344.188	38,7%	100,0%	100,0%

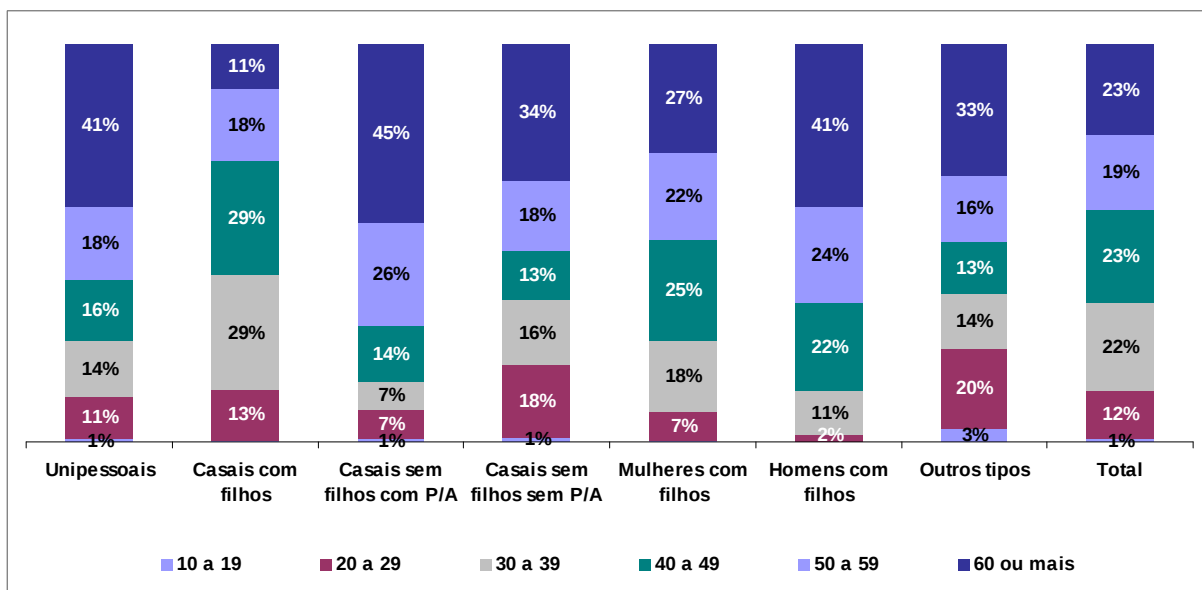
Fonte: IBGE, microdados das PNADs de 1997 e 2007

Segundo Berquó e Cavenaghi (1988) as pessoas moram sozinhas por oportunidade ou por fatalidade. No primeiro caso, a oportunidade está mais vinculada às opções das pessoas em termos de educação, mercado de trabalho, liberdade e mobilidade social. No segundo caso, a fatalidade está mais vinculada aos eventos de morte, seja por viuvez ou perda de parentes e separações. Com a redução das desigualdades de gênero e mudanças do padrão de nupcialidade, cresce o número de pessoas vivendo sozinhas, principalmente por opção. Um exemplo disso é o aumento da escolarização e da participação da mulher no mercado de trabalho, que aumentam as chances de ficarem solteiras e sem filhos por mais tempo, e até mesmo permitem que optem pelo divórcio ou separação em casos desejados. Sob uma ótica diferente das autoras, este caso pode ser visto como uma oportunidade ou opção de vida e não mais fatalidade. Além disso, o envelhecimento populacional que aumenta o contingente de viúvos, especialmente entre mulheres que possuem expectativa de vida superior aos homens, apresenta tendência crescente com a redução da fecundidade, confirmando que a maior parte das razões previstas pelas autoras há quase duas décadas ainda se aplicam aos dias atuais.

O gráfico 1 apresenta a distribuição por faixa etária dos chefes dos domicílios com base na família principal em 2007. Do total de pessoas que vivem sozinhas, 41% são idosas, isto é, possuem 60 ou mais anos de idade. À medida que a faixa etária diminui, as concentrações também reduzem. A faixa etária de 50 a 59 anos de idade representa 18% dos domicílios unipessoais, seguido da faixa de 40 a 49 anos com 16%. Ao todo, 75% dos domicílios unipessoais são chefiados por pessoas de 40 ou mais anos de idade. Da mesma forma, os arranjos compostos por casais sem filhos com parentes e/ou agregados, mulheres com filhos e homens com filhos concentram chefes em idades mais avançadas. Nestes três casos, os percentuais de chefes com 40 ou mais anos correspondem a 85%, 74% e 87%, respectivamente. Cabe destacar que entre casais sem filhos com parentes e agregados e homens com filhos, os percentuais de idosos são tão elevados quanto no arranjo unipessoal. No primeiro, provavelmente concentram-se os pais cujos filhos saíram de casa, caracterizando o que a literatura chama de “ninho vazio”, e no segundo caso, homens viúvos ou separados que ficaram com a guarda dos filhos.

Já os domicílios compostos por casais com filhos possuem o maior percentual de chefes jovens, isto é, 42% possuem até 39 anos. Este é o arranjo com menor participação de idosos (29%) e maior participação de chefes entre 40 e 49 anos (29%).

Gráfico 1: Distribuição dos domicílios por faixa etária do chefe e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.



Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007
PA: Parentes ou Agregados

Os casais sem filhos sem parentes e/ou agregados destaca-se o elevado percentual de chefes na faixa etária de 20 a 29 anos. Denominados pela literatura como as famílias DINCs - casais de dupla renda e que optam por não ter filhos - este arranjo típico da sociedade pós-moderna surge num contexto de generalização da regulação da fecundidade, da entrada da mulher no mercado de trabalho, de uma legislação civil mais igualitária em termos de padrões matrimoniais e de desenvolvimento econômico e tecnológico. (Barros, 2009)

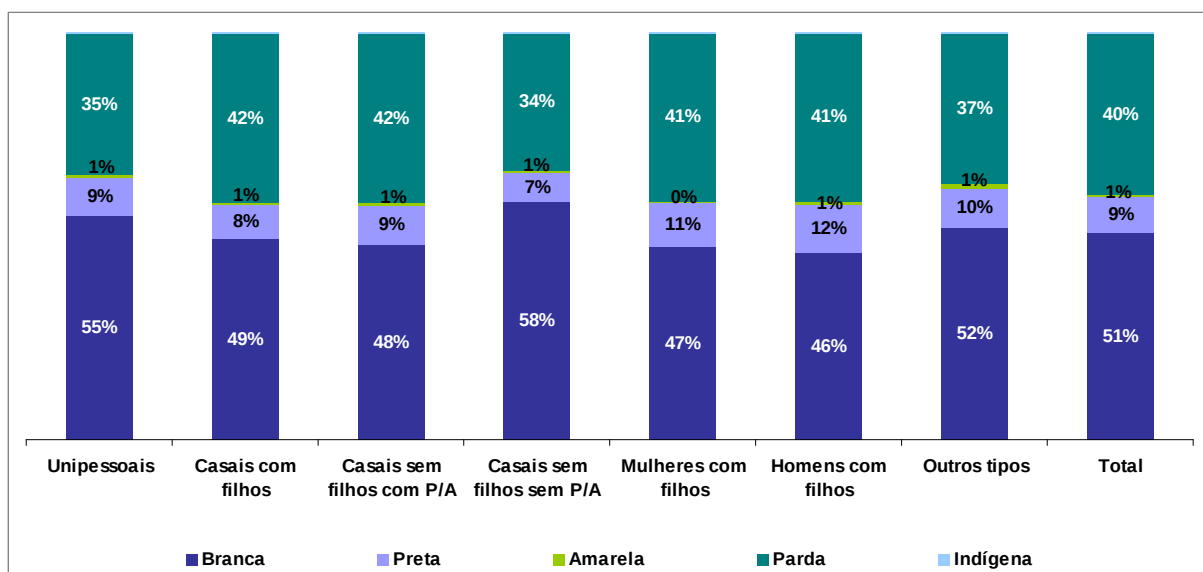
Assim como os domicílios unipessoais, as famílias DINCs são características das Segunda e Terceira Transições Demográficas, marcadas pelo aumento do individualismo, pela queda da fecundidade e a retirada da procriação entre casais. Apesar de ainda pouco expressivos, estes arranjos estão em crescimento, consolidando-se como novas tendências.

O comparativo dos dados das PNADs de 1997 e 2007 mostra que em todos os arranjos domiciliares, os percentuais de chefes com faixas de idade que vão de 10 a 39 anos reduziram, retratando o envelhecimento da população brasileira. O arranjo unipessoal apresentou pequenas variações na distribuição por idade. A maior variação positiva foi na faixa de 50 a 59 anos que cresceu de 15% para 18%. As demais variações não excederem 1 ponto percentual. Cabe destacar o percentual na faixa etária de 60 ou mais anos reduziu 1 ponto, o que ocorre apenas no caso unipessoal e entre casais sem filhos com parentes e/ou agregados. Nos demais arranjos, todas as faixas acima de 40 anos reduzem.

O gráfico 2 mostra características de cor ou raça. Os chefes dos domicílios declaram-se majoritariamente brancos (51%), seguidos de pardos (40%). Apenas 9% declaram-se pretos. Dentre os arranjos unipessoais, o percentual de chefes brancos é superior à média (55%) e o percentual de pardos inferior à mesma (35%).

Dentre os demais arranjos, destaca-se o de casais sem filhos sem parentes e/ou agregados com 58% de chefes brancos e o menor percentual de pretos (7%). Esta última raça se apresenta acima da média nos arranjos monoparentais. Se considerarmos a raça negra composta por pretos e pardos, este último arranjo possui sua maior participação.

Gráfico 2: Distribuição dos domicílios por cor/raça do chefe e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.



Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007
PA: Parentes ou Agregados

De forma curiosa, tanto os domicílios unipessoais, quanto aqueles formados por casais sem filhos sem parentes e/ou agregados possuem um percentual de raça branca superior à média. Considerando que nestes grupos encontramos jovens inseridos no mercado de trabalho, impulsionados por aspirações relacionadas a qualificação profissional, que não possuem despesas com filhos, parentes e agregados, e que possivelmente desfrutam de boas condições sócio-econômicas, espera-se que estas características tenham relação com o perfil de raça/cor uma vez que os preconceitos e heranças sociais colocam muitas vezes os negros em condições econômicas e educacionais desprivilegiadas em relação aos brancos.

Em relação à escolaridade (gráfico 3), os resultados da PNAD 2007 revelam um elevado percentual de pessoas que vivem sozinhas com baixíssima escolaridade, isto é, 34% possuem até 3 anos de estudo. E esta é uma característica comum aos arranjos que concentram idosos: 41% de homens com filhos e 40% de casais sem filhos com parentes e/ou agregados pertencem a esta faixa.

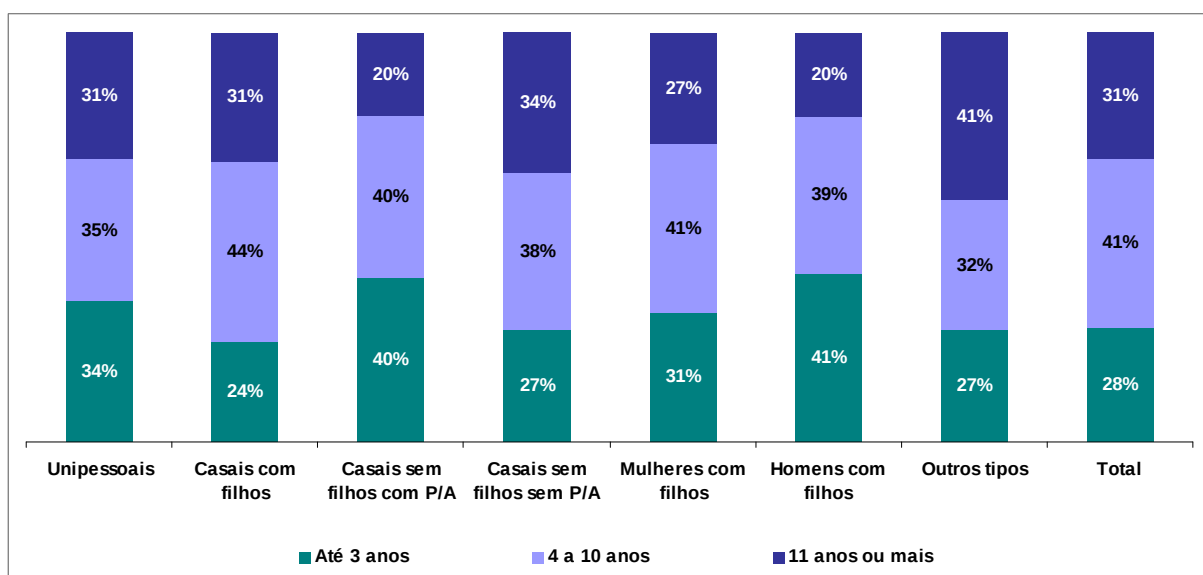
Esta composição sugere forte presença de idosos de baixa escolaridade, chamando a atenção para a existência de um grande grupo vulnerável em termos sociais, e com grandes chances, em termos econômicos. Nos casos unipessoal e monoparental, essa situação torna-se ainda mais preocupante por seus chefes serem os únicos provedores de renda do domicílio.

Em estudo sobre idosos que moram sozinhos em Belo Horizonte, Camargos (2008) chama a atenção para que no caso do Brasil, entre 1990 e 2030, a população idosa será composta crescentemente por gerações de pais com um número cada vez menor de filhos. Assim, a possibilidade de a família exercer o seu papel de principal provedora de necessidades materiais e psicológicas do idoso tende a se tornar cada vez menor. Além da redução do tamanho da família, a entrada da mulher no mercado de trabalho, alterando o peso da sua função dentro da família, e o surgimento de novos arranjos familiares decorrentes de novas formas de união conjugal tendem a comprometer as condições de cuidado e atendimento diretos à pessoa idosa na família.

Camargos (2008) ainda constata a prevalência de mulheres nos domicílios unipessoais compostos por idosos, estando o sexo e a situação conjugal interligados

com a formação deste tipo de arranjo, isto é, por apresentarem maior expectativa de vida, em geral, as mulheres idosas passam uma grande proporção de suas vidas como viúvas, com maiores chances de viverem sozinhas.

Gráfico 3: Distribuição dos domicílios por anos de estudo do chefe e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.



Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007
PA: Parentes ou Agregados

Por outro lado, assim como a média, 31% dos domicílios unipessoais são compostos por chefes com 11 ou mais anos de estudo. Nesta categoria encontram-se pessoas com ensino médio completo, ou ensino superior e pós-graduação. Este percentual encontra-se mais elevado entre casais sem filhos sem parentes e/ou agregados (34%). Esta parcela de chefes com alto grau de instrução remete à família DINC e ao grupo de pessoas que optam por morarem sozinhas ainda jovens.

Este grupo, que tem como foco seu desenvolvimento profissional em busca de sucesso financeiro e social, representa uma grande oportunidade de mercado consumidor, uma vez que o grau de instrução está fortemente relacionado a maiores rendimentos e a ausência de filhos faz com que canalizem seus gastos para realizações pessoais.

A comparação das PNADs de 1997 e 2007 mostra que o percentual de chefes com até 3 anos de escolaridade reduziu em todos os arranjos, em especial no caso

unipessoal onde a queda foi de 12 pontos percentuais contra a média nacional de 9 pontos. O menor crescimento foi o de homens com filhos de 5,5 pontos.

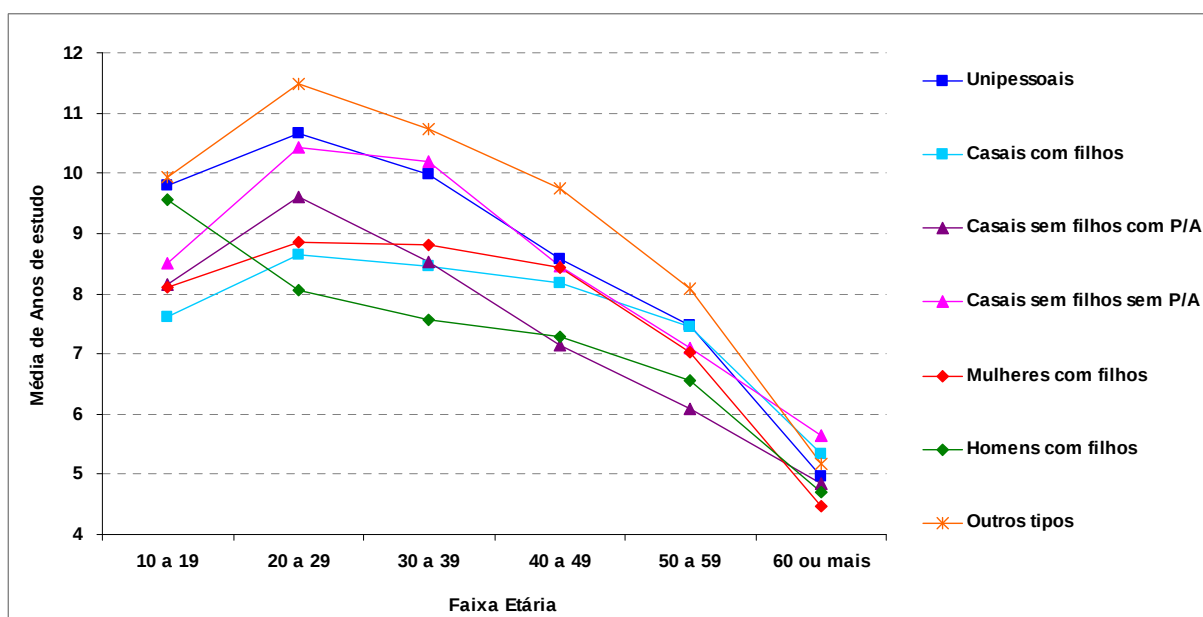
Refletindo melhoras expressivas no nível educacional da população brasileira, o percentual de chefes com 11 ou mais anos de ensino cresceu de 20% para 31% no período. Esta variação foi ainda maior entre os arranjos compostos por casais com filhos e casais sem filhos sem parentes e/ou agregados (11,7 e 11,1 pontos percentuais respectivamente). Entre as pessoas que moram sozinhas, este percentual cresceu de 22% para 31% entre 1997 e 2007, um aumento expressivo em uma década.

O gráfico 4 apresenta a média de anos de estudo por faixa etária do chefe do domicílio. Podemos perceber que nas faixas de idade até 29 anos, as pessoas que moram sozinhas possuem maior escolaridade média, permanecendo entre as mais altas até a faixa de etária de 50 a 59 anos, onde passa a ser superada por casais com filhos e casais sem filhos sem parentes e/ou empregados. O arranjo composto por casais sem filhos com parentes e/ou agregados chama atenção pela queda de escolaridade a partir dos 30 anos de idade e homens com filhos, que possuem um dos níveis mais baixos a partir da faixa de 20 anos.

Podemos observar para todos os arranjos que à medida que a faixa etária avança, o nível de instrução reduz, exceto na faixa etária de 10 a 19, onde muitos ainda estão em curso. Estes dados revelam o aumento do nível educacional da população brasileira, que vem sendo impulsionado pela conquista de igualdade de gênero, com o aumento da escolarização feminina.

Outros fatores como o adiamento dos casamentos e da procriação influenciaram este aumento, conjugado a um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, exigindo altos níveis de qualificação. Neste contexto onde a realização pessoal e profissional toma lugar da constituição familiar, os jovens que moram sozinhos colocam-se numa posição privilegiada, possivelmente garantindo maiores rendimentos dado seu alto grau de instrução.

Gráfico 4: Média de anos de estudo por faixa etária do chefe e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.



Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007
PA: Parentes ou Agregados

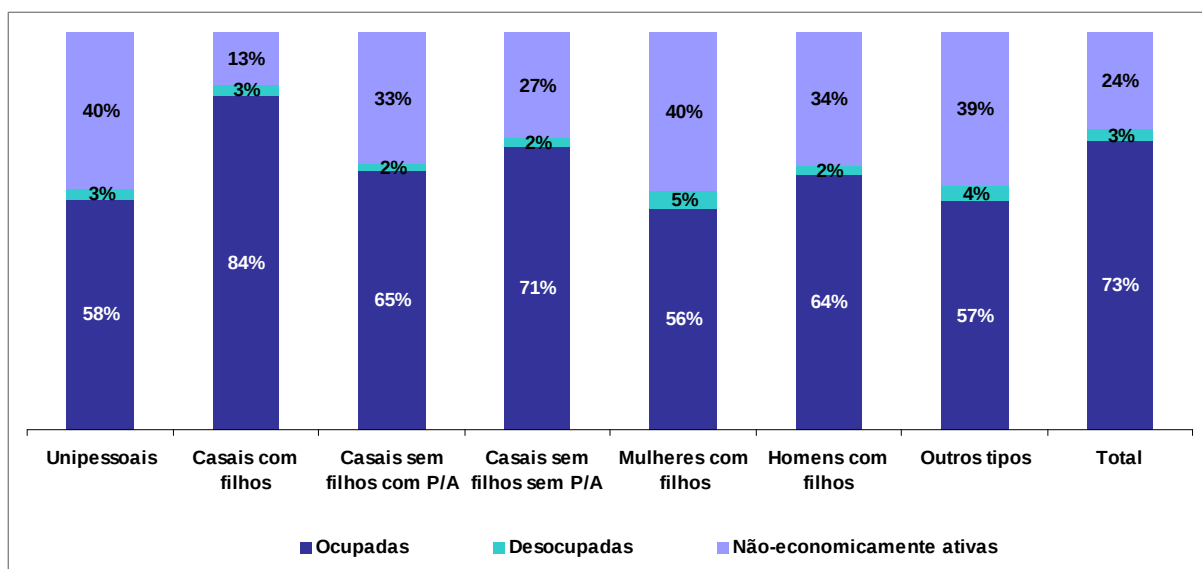
Assim, a análise dos dados sócio-demográficos da PNAD por faixa etária e escolaridade permite identificar arranjos domiciliares com maior predominância de idosos, como é o caso unipessoal. Estes arranjos são os que possuem maior percentual de chefes com menor nível de instrução e esta correlação entre escolaridade e idade fica nítida quando observamos a curva de escolaridade por faixa etária. Esta curva revela uma melhoria na educação brasileira de uma forma geral, e destaca nas faixas mais jovens os arranjos do tipo unipessoal e casais sem filhos sem parentes e/ou agregados dos demais, visto que possuem maior nível de escolaridade. Estes são arranjos típicos da sociedade pós-moderna e tendem a crescer à medida que as características das Segunda e Terceira Transições Demográficas se consolidam no Brasil, fato que já vem sendo verificado, conforme foi mostrado na tabela1.

4.3 Análise Sócio-Econômica: Trabalho, Rendimentos e Previdência

De acordo com os dados da PNAD (gráfico 5), 58% das pessoas que moram sozinhas no Brasil estão economicamente ativas e ocupadas. Este é o segundo menor percentual de ocupação após os domicílios compostos por mulheres com filhos, e se encontra 15 pontos percentuais abaixo da média nacional. Casais com

filhos apresentam o maior percentual de chefes ocupados (84%), seguido de casais sem filhos sem parentes e/ou agregados (71%).

Gráfico 5: Distribuição dos domicílios por condição de ocupação do chefe e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.



Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

PA: Parentes ou Agregados

Em contrapartida, os domicílios unipessoais, assim como mulheres com filhos, possuem os maiores percentuais de chefes não economicamente ativos (40%). Observando a distribuição das idades pelos tipos de arranjos, é fácil verificar que aqueles onde a participação de idosos é maior, a taxa de inatividade é mais alta. No caso unipessoal onde a inatividade atinge 40% dos domicílios, 41% dos chefes possuem 60 anos ou mais. Já entre casais com filhos, onde a inatividade é de 13%, temos que 11% de seus chefes pertencem a esta faixa etária.

A única exceção à regra são as mulheres com filhos onde 27% possuem 60 anos ou mais, porém 40% delas encontram-se não economicamente ativas. Este fato sugere que se aposentam mais cedo ou que uma parcela significativa vive de rendimentos que não o trabalho como, por exemplo, pensão nos casos de viuvez e divórcio. O mesmo pode ocorrer entre mulheres que moram sozinhas com idades mais avançadas onde a perda do cônjuge determina a condição unipessoal.

A análise comparativa com a PNAD de 1997 mostra que o percentual de ocupação dos chefes unipessoais cresceu 2 pontos na última década. Este foi o menor crescimento dentre os demais arranjos, seguido dos monoparentais com variação

positiva de 3 pontos percentuais. Apesar dos avanços, estes foram os arranjos que apresentaram menor crescimento percentual de chefes com 11 ou mais anos de estudo, além da permanência de um grande contingente de chefes na faixa acima de 60 anos no caso unipessoal. Os demais arranjos apresentaram aumentos acima de 6 pontos percentuais.

A tabela 2 mostra a posição na ocupação do universo de chefes que trabalham por tipo de arranjo domiciliar. Aproximadamente um terço das pessoas que moram sozinhas pertencem à categoria de empregados com carteira assinada. Nesta, destacam-se casais com filhos (39%) e casais sem filhos sem parentes e/ou agregados (37%) acima da média nacional. Estes três tipos de arranjos são os que possuem maior grau de escolaridade, o que explica melhores condições de trabalho.

Por outro lado, 21% dos domicílios unipessoais pertencem à categoria empregado sem carteira assinada, o segundo maior percentual após mulheres com filhos (28%). A análise de gênero tratará em maior detalhe a participação de mulheres que moram sozinhas trabalhando na informalidade, mas existe uma forte evidência de que predominam nestes casos uma vez que muitos estudos apontam a ocupação de mulheres em trabalhos tipicamente femininos, que oferecem piores condições e menores remunerações.

Os arranjos formados por mulheres com filhos destacam-se por possuírem o percentual mais elevado de funcionários públicas e militares (12%). Nesta categoria os arranjos unipessoais também encontram-se acima da média nacional (8%). A revisão de literatura de gênero revela a existência de um grupo de mulheres cujo grau de escolaridade supera o masculino, porém ainda assim ocupam posições inferiores de trabalho no mercado. Por sua vez, estas mulheres passam a optar pela procura de cargos públicos selecionados através de concursos, evitando assim as desigualdades sociais que as colocam em situações desprivilegiadas.

Tabela 2: Distribuição dos chefes dos domicílios segundo posição na ocupação e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.

Arranjo domiciliar	Empregado com carteira	Empregado sem carteira	Funcionário Público/Militar	Conta própria	Empregador	Trabalhador consumo próprio
Unipessoais	32%	21%	8%	28%	4%	6%
Casais com filhos	39%	17%	7%	29%	7%	3%
Casais sem filhos com P/A	26%	15%	6%	38%	7%	8%
Casais sem filhos sem P/A	37%	16%	6%	30%	7%	5%
Mulheres com filhos	31%	28%	12%	21%	2%	6%
Homens com filhos	27%	16%	6%	41%	5%	5%
Outros tipos	37%	20%	10%	23%	4%	6%
Total	36%	18%	7%	28%	6%	4%

Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

Comparando com a PNAD de 1997, temos que o percentual de trabalhadores com carteira assinada foi a categoria que mais cresceu na última década. Enquanto a média nacional é de 36% em 2007, há dez anos correspondia a 32%. O maior crescimento se deu entre casais com filhos, que variou de 32% para 39% no período, seguido de casais sem filhos sem parentes e/ou agregados, de 31% para 37%. Os arranjos unipessoais aparecem em terceiro lugar, com variação de 29% para 33%. Este cenário traduz o impacto do desenvolvimento econômico brasileiro sobre o mercado de trabalho, proporcionando a inclusão social pelo trabalho e acesso à proteção social garantido pelos direitos trabalhistas.

Além disso, os chefes unipessoais, assim como homens com filhos, apresentaram as maiores reduções percentuais do emprego informal, isto é trabalhador sem carteira assinada. Estas proporções reduziram na última década de 24% para 21% no primeiro caso e de 22% para 16% no segundo caso. As demais categorias apresentaram variações pouco significativas.

Os dados da PNAD 2007 também mostram que 18% das pessoas que vivem sozinhas trabalham em empreendimentos agrícolas, 16% em comércio e 13% em indústria de transformação, seguindo a média nacional. Atividades que se encontram acima da média são aquelas ligadas a educação/saúde (10%) e serviços domésticos (7%), cerca de 3 pontos percentuais superiores. Existe grande evidência de que estes cargos são ocupados em sua maioria por mulheres, que apesar de estarem atingindo maior igualdade no mercado de trabalho, ainda estão sujeitas a uma

segmentação ocupacional. Outro dado que chama atenção são os percentuais de mulheres com filhos de 17% e 23% nas atividades de educação/saúde e serviços domésticos, enquanto a média nacional corresponde a 7% e 5%, respectivamente. Segundo Guedes (2004), apesar das mulheres universitárias já estarem ingressando em cursos de maior prestígio, ainda ocorre uma escolha pelos cursos tipicamente femininos. Este comportamento se reflete na sua inserção no mercado de trabalho, fazendo com que muitas delas estejam concentradas em ocupações tipicamente femininas e menos prestigiadas em termos salariais. Porém, este assunto será tratado em maior profundidade no capítulo 5.

Dentre os demais arranjos cabe ressaltar a concentração de 29% dos chefes do arranjo casais sem filhos com parentes e/ou agregados e 25% de homens com filhos dedicados ao trabalho agrícola, frente à média do Brasil de 19%.

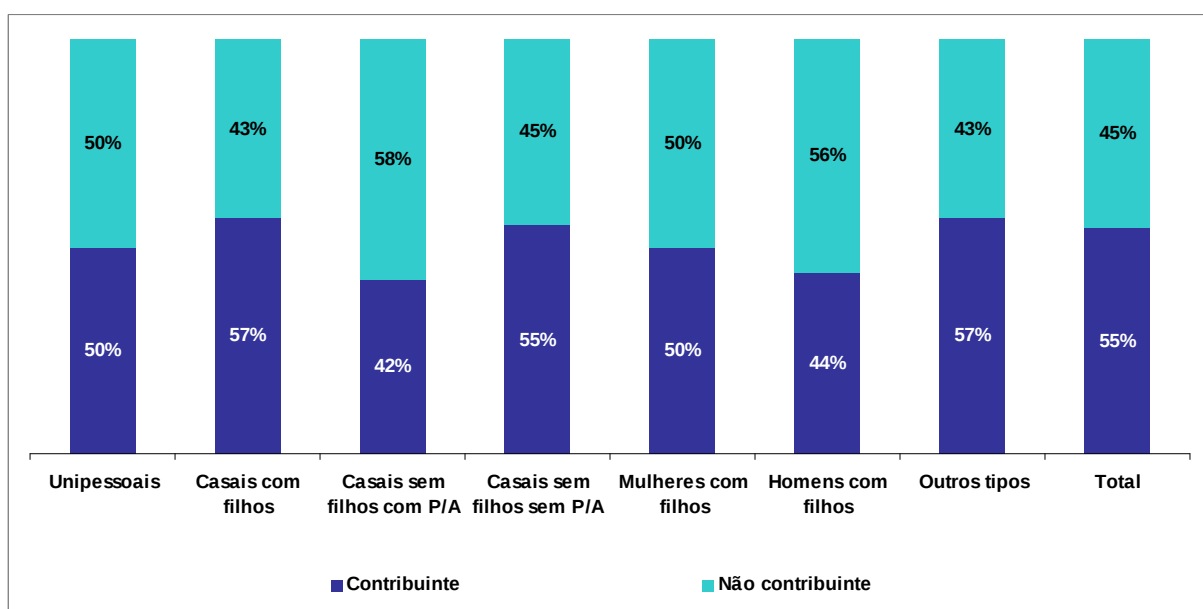
Foi pesquisado se as pessoas contribuíam para instituto de previdência, federal (INSS ou Plano de Seguridade Social da União), estadual (instituto de previdência estadual, incluindo os servidores das forças auxiliares estaduais), ou municipal (instituto de previdência municipal, incluindo os servidores das forças auxiliares municipais), em qualquer trabalho da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Em relação à contribuição dos chefes ocupados para instituto de previdência (gráfico 6), seja federal (INSS ou Plano de Seguridade Social da União), estadual ou municipal, temos que metade dos domicílios unipessoais são contribuintes. Este percentual encontra-se mais elevado dentre os arranjos formados por casais com filhos e casais sem filhos sem parentes e/ou empregados, reflexo das características de educação e ocupação. Conforme visto anteriormente, estes arranjos apresentam o maior percentual de chefes trabalhadores com carteira assinada.

Em contrapartida, casais sem filhos com parentes e/ou agregados e homens com filhos possuem as menores taxas de contribuição – 42% e 44% respectivamente – os menores níveis de escolaridade (cerca de 40% possuem até 3 anos de estudo em ambos os casos) e os maiores percentuais de trabalhadores por conta própria, sendo grande parte trabalhadores agrícolas.

Em relação a 1997, todos os arranjos apresentaram aumento na participação de contribuintes. O maior deles foi casal sem filhos que variou de 50% para 57% no período, seguido de casais sem filhos sem parentes e/ou agregados, de 49% para 55%. Entre as pessoas que moram sozinhas, este crescimento foi de 4 pontos percentuais, o terceiro maior entre os arranjos. Estas variações estão diretamente ligadas à maior participação do setor formal na economia brasileira, como vimos anteriormente.

Gráfico 6: Percentual de chefes ocupados que contribuía para previdência e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.



Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007
PA: Parentes ou Agregados

A tabela 3 apresenta o rendimento médio mensal domiciliar por tipo de arranjo. Os casais com e sem filhos são os que possuem maiores rendimentos quando consideramos todos os componentes dos domicílios. Sob esta ótica, as pessoas que moram sozinhas possuem o menor rendimento.

Porém, quando analisamos o rendimento mensal per capita, isto é, dividido pelo total de moradores, observamos que os arranjos unipessoais e de casais sem filhos sem parentes e/ou empregados possuem melhores condições econômicas. Neste último arranjo estão inseridos os casais de dupla renda sem filhos, porém sua participação ainda é modesta, fazendo com que seu rendimento médio seja inferior ao unipessoal. Barros (2009) estima que correspondiam em 2006 a 3,7% dos arranjos

familiares do Brasil, isto é, cerca de um terço do percentual de casais sem filhos sem parentes e/ou agregados em 2007 de 12,7%.

Tabela 3: Rendimento médio mensal em reais domiciliar, per capita e média de componentes no domicílio por tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.

Arranjo domiciliar	Renda média mensal domiciliar	Renda média mensal domiciliar per capita	Média de componentes do domicílio
Unipessoais	R\$ 1.078	R\$ 1.078	1,0
Casais com filhos	R\$ 1.934	R\$ 499	4,2
Casais sem filhos com P/A	R\$ 1.952	R\$ 506	4,1
Casais sem filhos sem P/A	R\$ 1.867	R\$ 933	2,0
Mulheres com filhos	R\$ 1.356	R\$ 448	3,4
Homens com filhos	R\$ 1.748	R\$ 620	3,3
Outros tipos	R\$ 1.614	R\$ 715	2,6
Total	R\$ 1.721	R\$ 625	3,4

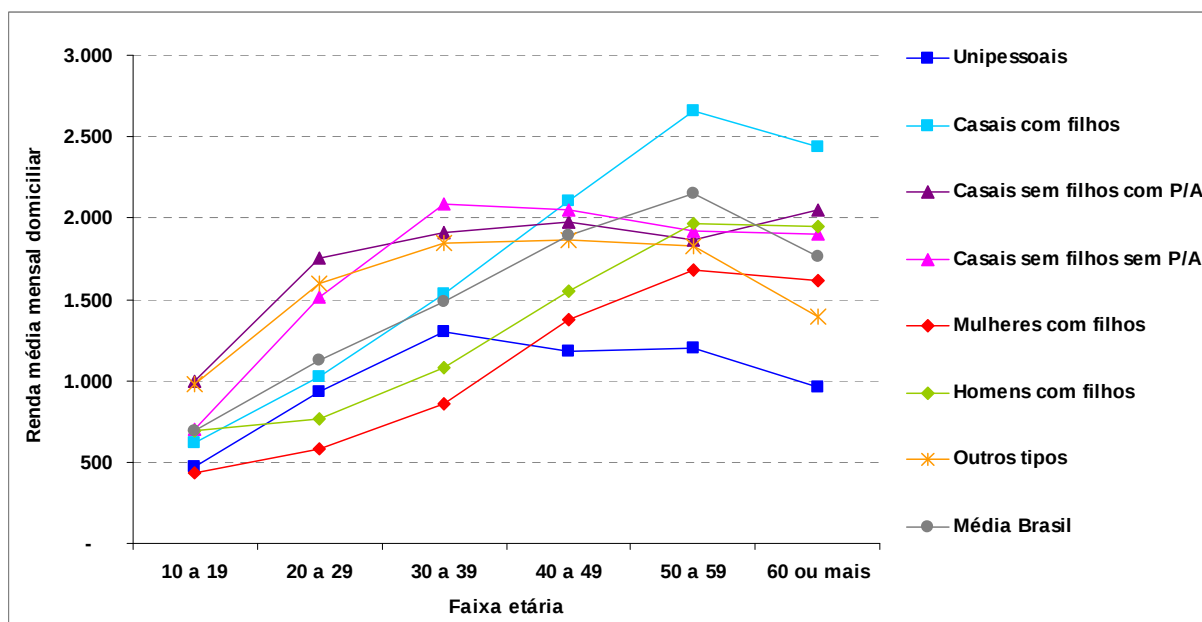
Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

No gráfico 7 podemos observar o rendimento médio mensal domiciliar por tipo de arranjo e faixa etária do chefe. Nas faixas mais jovens - de 20 a 39 anos - os domicílios unipessoais e monoparentais apresentam as menores rendas domiciliares, enquanto os arranjos formados por casais sem filhos possuem os maiores rendimentos. Uma possível razão para este último caso é a participação ativa do cônjuge na renda domiciliar, dada a forte inserção das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas.

Nas faixas a partir de 40 anos, os casais com filhos atingem as maiores rendas enquanto os domicílios unipessoais apresentam queda sucessiva, descolando-se das famílias monoparentais. Estas famílias, assim como casais com filhos, apresentam rendimentos crescentes nas faixas de 40 a 59 anos, possivelmente impulsionados pela renda dos filhos que passam a estar inseridos no mercado de trabalho.

Este fator torna-se ainda mais provável quando observamos que os rendimentos de casais sem filhos mantêm-se a partir dos 60 anos, enquanto o rendimento dos casais com filhos e monoparentais sofre redução, explicada dentre outros motivos pela saída dos filhos de casa.

Gráfico 7: Rendimento médio mensal domiciliar em reais por faixa etária do chefe e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.



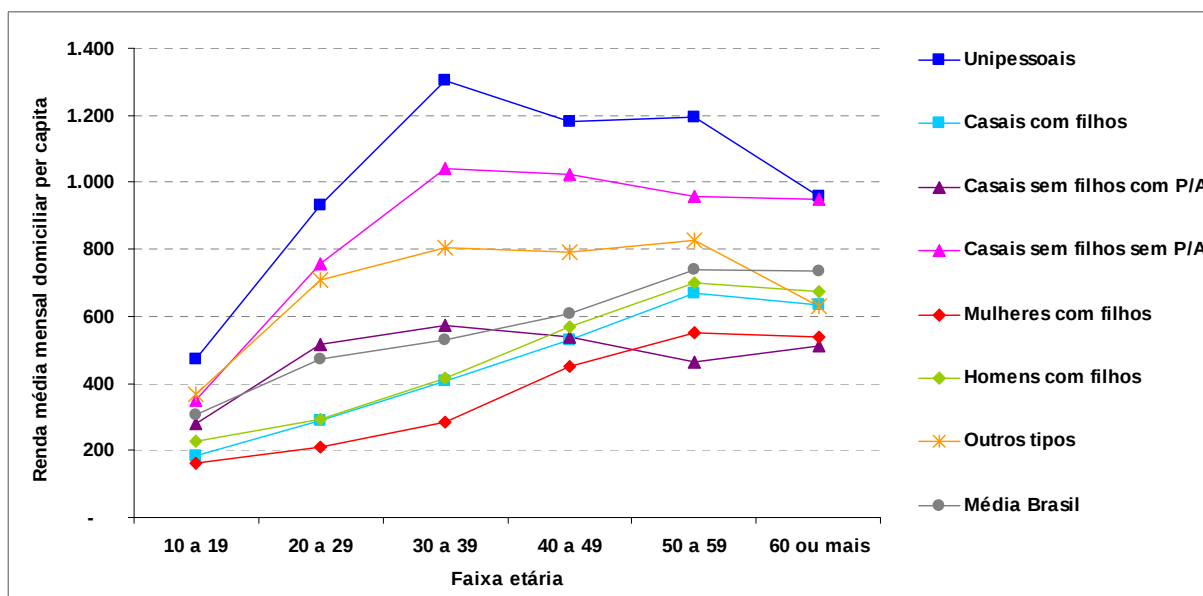
Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007
PA: Parentes ou Agregados

Ainda assim, os casais com filhos apresentam o maior rendimento domiciliar médio (R\$2.435) na faixa etária acima de 60 anos, enquanto o arranjo unipessoal possui o menor rendimento (R\$960). Este último arranjo atinge seu maior rendimento na faixa etária de 30 a 39 anos, que corresponde a R\$1.305.

Analisando por outra ótica, o gráfico 8 apresenta o rendimento mensal domiciliar per capita dos arranjos por faixa etária. Os casais com filhos e casais sem filhos sem parentes e/ou agregados possuem o maior número médio de componentes do domicílio (4 moradores), seguidos dos arranjos monoparentais com uma de 3 moradores.

Nesta análise, os arranjos unipessoais passam a contar com os maiores rendimentos médios em todas as faixas etárias, seguidos de casais sem filhos sem parentes e/ou agregados. Tanto nestes arranjos, quanto nos casais sem filhos com parentes e/ou agregados, o rendimento per capita tende a decrescer a partir dos 40 anos.

Gráfico 8: Rendimento médio mensal domiciliar per capita em reais por faixa etária do chefe e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.



Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007
PA: Parentes ou Agregados

Os arranjos monoparentais e casais sem filhos apresentam as menores rendas per capita até a faixa etária de 40 anos, quando passam a superar casais sem filhos com parentes e/ou agregados. Como foi citado anteriormente, a inserção dos filhos no mercado de trabalho é uma forte razão para este aumento de patamar e da mesma forma, sua saída da casa dos pais conjugada à aposentaria dos mesmos faz com que a renda destes arranjos diminua na faixa etária a partir de 60 anos.

Assim como na análise de escolaridade, a análise dos dados de trabalho e rendimentos da PNAD reflete a composição etária dos arranjos domiciliares. A forte concentração de idosos no arranjo unipessoal se traduz em altos percentuais de chefes que não estão economicamente ativos e, por sua vez, não contribuem para previdência. O mesmo ocorre com os demais arranjos cuja composição etária se assemelha, tais como casais sem filhos com parentes e/ou agregados e monoparentais. Por outro lado, a análise de rendimentos por faixas de idade revela semelhanças entre os chefes unipessoais e casais sem filhos sem parentes e/ou agregados, que possuem os maiores rendimento per capita em todas as idades, evidenciando melhores condições de vida, principalmente nas faixas jovens, que possuem maior escolaridade, como visto anteriormente.

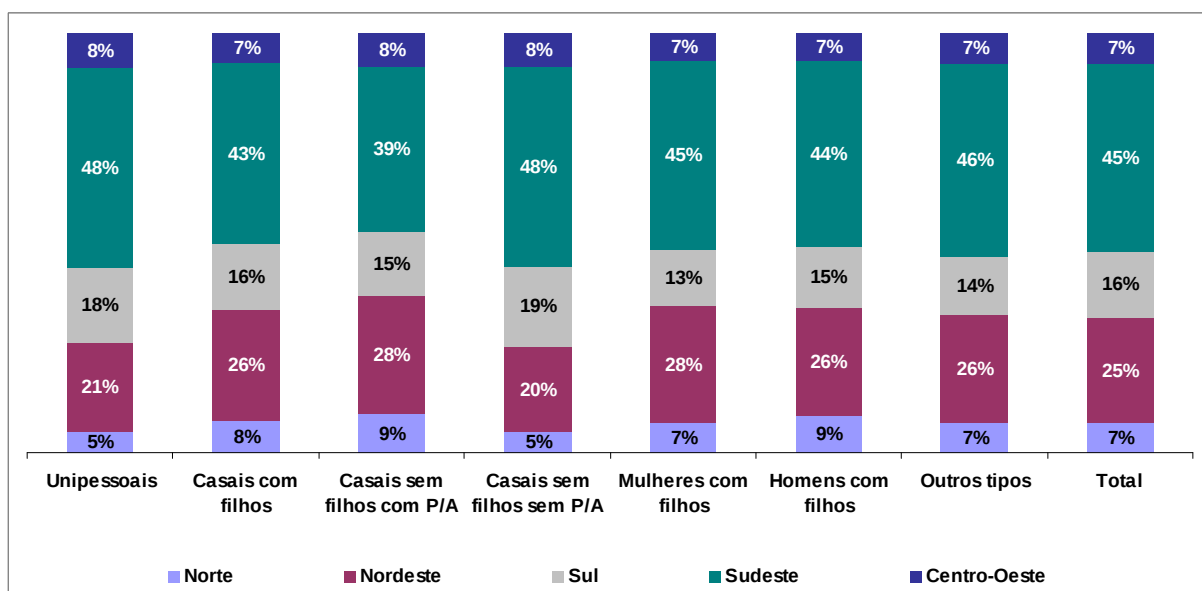
4.4 Análise da Moradia: Localização, Tipo, Serviços e Bens

A revisão de literatura mostra que os arranjos domiciliares cresceram com maior incidência de composições de menor tamanho, como os unipessoais, monoparentais e de casais sem filhos. O aumento do número de arranjos aliado à queda da fecundidade fez com que o tamanho das famílias diminuísse nas últimas décadas.

Alves (2004) aponta que apesar do crescimento das desigualdades sociais, houve uma melhoria significativa nas condições de moradia da população brasileira entre 1960 e 2000, tanto nos aspectos físicos e nas condições de ocupação, quanto no acesso aos serviços públicos e aos bens de consumo duráveis.

Os dados da PNAD 2007 (gráfico 9) mostram que 48% dos domicílios unipessoais pertencem à região sudeste, enquanto a média nacional desta região é de 45%. Em contrapartida, 21% pertencem à região nordeste e 5% à região norte, que na população brasileira respondem por 25% e 7% dos domicílios.

Gráfico 9: Distribuição dos domicílios por região e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.



Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007
PA: Parentes ou Agregados

Os domicílios compostos por casais sem filhos sem parentes e/ou agregados apresentam comportamento semelhante ao caso unipessoal com concentrações nas regiões sudeste e sul acima da média. Já os arranjos formados por casais sem filhos

com parentes e/ou agregados e mulheres com filhos destacam-se pelos percentuais mais elevados na região nordeste (28% ambos), contra a média brasileira de 25%.

Os domicílios compostos por casais sem filhos sem parentes e/ou agregados apresentam comportamento semelhante ao caso unipessoal com concentrações nas regiões sudeste e sul acima da média. Já os arranjos formados por casais sem filhos com parentes e/ou agregados e mulheres com filhos destacam-se pelos percentuais mais elevados na região nordeste (28% ambos), contra a média brasileira de 25%.

Na tabela 4 observamos que os domicílios unipessoais são tipicamente urbanos, isto é, 87% estão situados em áreas urbanas, sendo este o segundo maior percentual após mulheres com filhos (91%). Podemos perceber que estes arranjos característicos da sociedade pós-moderna, assim como casais sem filhos sem parentes e/ou agregados, se fazem mais presentes nesta áreas. Como visto nas características de trabalho, os domicílios formados por casais sem filhos com parentes e/ou agregados e homens com filhos possuem maior percentual de trabalhadores rurais. Por sua vez, os dados de situação censitária confirmam percentuais acima da média nestes setores entre estes tipos de domicílios.

Tabela 4: Distribuição dos domicílios por situação censitária e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.

Arranjo Domiciliar	Rural	Urbana	Total Domicílios
Unipessoais	13%	87%	6.472.265
Casais com filhos	17%	83%	28.453.759
Casais sem filhos com P/A	18%	82%	1.906.409
Casais sem filhos sem P/A	15%	85%	7.153.978
Mulheres com filhos	9%	91%	8.673.703
Homens com filhos	18%	82%	1.145.356
Outros tipos	10%	90%	2.538.718
Total	15%	85%	56.344.188

Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

Um comparativo com a PNAD de 1997 confirma o crescente movimento de urbanização do país. Enquanto em 1997 o percentual de domicílios urbanos era de 81%, em 2007 foi de 85%. Os domicílios unipessoais apresentaram o maior aumento (5,6 pontos percentuais), seguido de casais com e sem filhos de uma forma geral (cerca de 3,5 pontos percentuais). Mulheres com filhos, que possuem maior concentração urbana, tiveram crescimento de 2,6 pontos e homens com filhos foi o

único arranjo cuja urbanização não variou de forma significativa, tendo reduzido 0,1 ponto percentual.

Em relação ao tipo de domicílio (tabela 5), temos que 8 em cada dez pessoas que moram sozinhas vivem em casas, 18% em apartamentos e 2% em cômodos. Este é o arranjo que possui os maiores percentuais nas duas últimas categorias citadas, e por sua vez apresentam o menor número médio de cômodos no domicílio: 4,9 contra a média nacional de 5,7. Porém, quando analisamos o número de cômodos per capita por tipos de arranjo, isto é, o total de cômodos do domicílio dividido pelo número médio de moradores, os arranjos unipessoais apresentam a maior média (4,9). Supondo que 3 cômodos destinam-se a banheiro, sala e cozinha respectivamente, esta média se traduz em boas condições de moradia, pelo menos em termos de espaço físico.

Palmer (2006) em seu estudo sobre domicílios pessoais na Inglaterra discute os impactos ambientais do crescimento dos domicílios unipessoais, que neste país cresceu de 3 para 7 milhões entre 1971 e 2006, apesar de sua população ter se mantido estável no período. O autor chama atenção para este crescimento uma vez que tem implicações sobre a demanda por habitação e consumo de recursos naturais, dado que uma pessoa que mora sozinha acaba utilizando a estrutura de uma residência que suportaria um número maior de moradores.

Tabela 5: Percentual de domicílios por tipo, média de cômodos, moradores e cômodos per capita por tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.

Arranjo Domiciliar	Tipo de domicílio			Nº médio de cômodos	Nº médio de componentes no domicílio	Nº de cômodos per capita
	Casa	Apartamento	Cômodo			
Unipessoais	80%	18%	2%	4,9	1,0	4,9
Casais com filhos	92%	8%	0%	5,9	4,2	1,4
Casais sem filhos com P/A	93%	7%	0%	6,3	4,1	1,5
Casais sem filhos sem P/A	86%	14%	0%	5,6	2,0	2,8
Mulheres com filhos	89%	11%	0%	5,7	3,4	1,7
Homens com filhos	92%	8%	0%	5,6	3,3	1,7
Outros tipos	82%	18%	1%	5,8	2,6	2,2
Total	89%	11%	0%	5,7	3,4	1,7

Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

Além dos domicílios unipessoais, casais com filhos sem parentes e/ou agregados e mulheres com filhos são os que apresentam percentuais de apartamento igual ou maiores que a média, e no caso dos primeiros, elevado número de cômodos per capita (2,8). Os demais possuem concentrações acima de 90% residindo em casas e menos de 2 cômodos por morador no domicílio.

Em relação à PNAD de 1997, o percentual de brasileiros vivendo em apartamentos cresceu 1,7 pontos, enquanto vivendo em casas reduziu 1,3 pontos. O aumento percentual da ocupação de apartamentos se deu principalmente entre pessoas que moram sozinhas e casais sem filhos sem parentes e/ou agregados, com 2 e 1,3 pontos percentuais respectivamente.

O gráfico 10 mostra a distribuição dos arranjos por condição de ocupação. Dentre as pessoas que moram sozinhas, 66% residem em domicílios próprios e 22% em domicílios alugados. Os arranjos unipessoais apresentam o menor percentual de residência própria, seguido pelos casais sem filhos sem parentes e/ou agregados. Já os arranjos compostos por casais sem filhos com parentes e/ou agregados são os que apresentam maior tendência de morar na casa própria, lembrando que estes apresentam maior percentual de moradores em casas e um dos maiores percentuais de domicílios rurais.

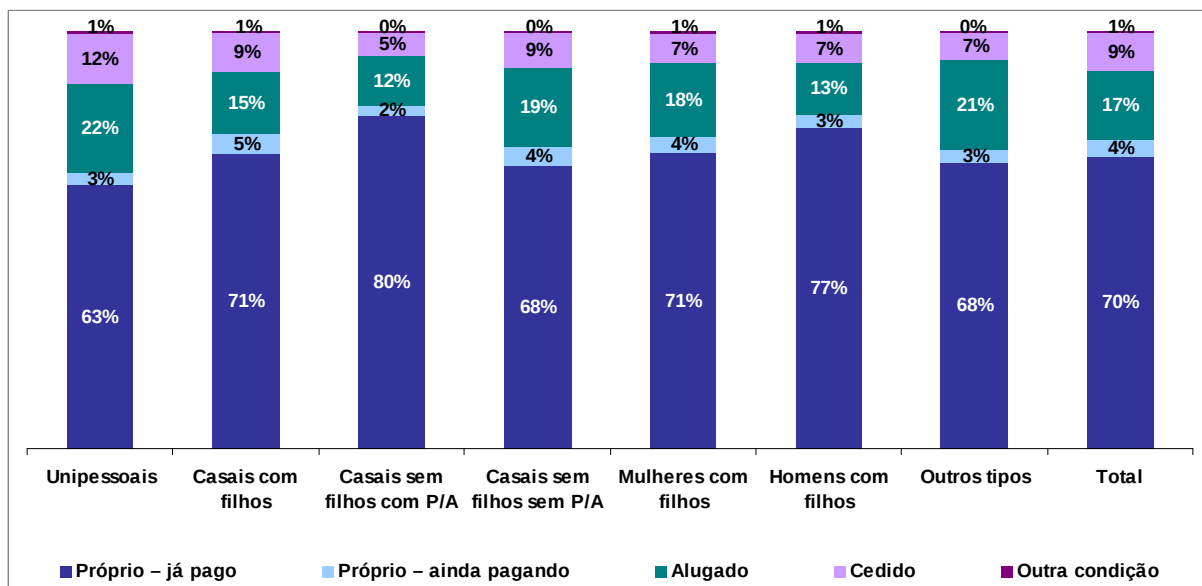
O crescente número de jovens que saem da casa dos pais para morarem sozinhos contribui para o aumento da ocupação de apartamento alugados, uma vez que muitos ainda estão em busca de estabilidade profissional e financeira. Um estudo sobre pessoas que moram sozinhas na Austrália indicou que este arranjo, que corresponde a aproximadamente um quarto dos domicílios do país, representa um mercado potencial em termos de habitação, tendo preferências particulares por moradias do tipo apartamento e flats, em lugar de casas (Wulff, 2001).

No Canadá, o número de domicílios próprios vem crescendo de forma acentuada, sendo os domicílios pequenos os principais responsáveis por este aumento. O tamanho dos domicílios reduziu nas últimas duas décadas, uma vez que cresce o número de pessoas vivendo sozinhas e casais sem filhos na população. A proporção de arranjos unipessoais cresceu de um quinto para um quarto entre 1981 e 2001, e de duas pessoas de 29% para 33%. O número médio de componentes dos

domicílios reduziu de 2,9 para 2,6 no mesmo período. Essas tendências têm implicações para o mercado habitacional, uma vez que aumenta a procura por residências de tamanhos menores.

Comparando as PNADs de 1997 e 2007, identificamos que o percentual de domicílios próprios já pagos cresceu 68% para 70% no período enquanto domicílios cedidos reduziram de 12 para 9%. Apesar de crescente em termos absolutos, o percentual de domicílios próprios em pagamento reduziu de 6% para 4% e de alugados cresceu de 14% para 17%, contrariando o movimento ascendente do financiamento habitacional no Brasil. Segundo estudo realizado pela consultoria Ernst&Young (2008), o fluxo anual de crédito imobiliário passou de R\$ 4,8 bilhões para R\$ 25 bilhões entre 2002 e 2007, atraindo a atenção de investidores estrangeiros para o mercado brasileiro onde as condições de concessão de crédito habitacional são muito mais restritivas e há um grande horizonte de demanda. Estas estatísticas mostram que aumento do crédito imobiliário ainda não acompanha o crescimento da demanda ou do poder de consumo das famílias brasileiras.

Gráfico 10: Distribuição dos domicílios por condição de ocupação e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.



Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007
PA: Parentes ou Agregados

O percentual de domicílios próprios já pagos cresceu principalmente entre homens com filhos (5,1 pontos), pessoas que vivem sozinhas (3,8 pontos) e casais sem filhos sem parentes e/ou agregados (3,7 pontos). Estes arranjos também

apresentaram as maiores reduções de domicílios cedidos. Quanto aos domicílios alugados, o maior crescimento se deu entre os unipessoais, variando de 17% para 22%.

A tabela 6 apresenta o percentual de domicílios que são atendidos adequadamente pelos serviços públicos. Diretamente relacionados com o percentual de urbanização, de uma forma geral os arranjos unipessoais, casais sem filhos sem parente e/ou agregados e mulheres com filhos são os melhores atendidos pelos serviços.

Dentre os domicílios unipessoais, 91% possuem água canalizada, 55% são atendidos por rede de esgoto, 89% por coleta de lixo, 97% possuem iluminação elétrica e 94% possuem banheiro. Os quesitos esgoto e coleta de lixo superam as médias nacionais, enquanto os demais ficam entre 1 e 2 pontos percentuais abaixo da mesma.

Tabela 6: Percentual de domicílios com água, esgoto, coleta de lixo, iluminação elétrica e banheiros adequados por tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.

Arranjos domiciliares	Água	Esgoto	Coleta lixo	Iluminação	Banheiro
Unipessoais	91%	55%	89%	97%	94%
Casais com filhos	91%	49%	86%	98%	95%
Casais sem filhos com P/A	92%	46%	85%	98%	96%
Casais sem filhos sem P/A	94%	53%	88%	99%	97%
Mulheres com filhos	94%	55%	92%	99%	96%
Homens com filhos	88%	50%	83%	96%	93%
Outros tipos	94%	58%	91%	99%	96%
Total	92%	51%	87%	98%	96%

Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

Na tabela 7 observamos o percentual de domicílios que possuem alguns bens de consumo duráveis selecionados da PNAD: telefone móvel, fixo, rádio, televisão, fogão, geladeira, lavadora de roupas, computador e acesso à internet. Os dados revelam que os domicílios unipessoais são os menos providos de todos os bens de consumo comparado a todos os demais arranjos domiciliares, mostrando que a família é uma centralidade de consumo.

Os itens relativamente mais modernos chamam atenção para as diferenças percentuais quando comparamos com a média nacional. Enquanto 68% da

população brasileira possuem telefone móvel, 46% das pessoas que moram sozinhas o possuem, uma diferença de 21 pontos percentuais. Outro caso é de microcomputadores onde o percentual de posse dos domicílios unipessoais é metade da média brasileira de 27%.

O baixo acesso à internet na residência da população como um todo (20%), e mais específico, entre aqueles que vivem sozinhos (11%) indica que o Brasil ainda tem um desafio em termos de inclusão digital. Considerando que menos de um terço da população possui computadores em seus domicílios, isso corresponde a um universo de aproximadamente 41 milhões de brasileiros.

É interessante observar que os arranjos cujos filhos se fazem presentes são os que apresentam maior percentual de acesso à internet, enquanto os tipos unipessoal e casais sem filhos sem parentes e/ou agregados, que possuem maiores níveis de escolaridade, possuem percentuais abaixo da média.

Tabela 7: Percentual de domicílios com posse de itens selecionados por tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 2007.

Arranjo domiciliar	Telefone Móvel	Telefone Fixo	Rádio	TV	Fogão	Geladeira	Lavadora roupas	Computador	Acesso à internet
Unipessoais	46%	37%	82%	86%	95%	83%	29%	14%	11%
Casais com filhos	73%	46%	90%	96%	100%	92%	42%	31%	24%
Casais sem filhos com P/A	67%	48%	89%	95%	99%	93%	40%	23%	16%
Casais sem filhos sem P/A	63%	49%	90%	95%	100%	94%	45%	22%	16%
Mulheres com filhos	70%	46%	86%	96%	99%	91%	38%	26%	19%
Homens com filhos	64%	37%	86%	91%	98%	85%	32%	23%	17%
Outros tipos	65%	48%	86%	94%	99%	90%	38%	26%	19%
Total	68%	45%	88%	94%	99%	91%	40%	27%	20%

Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

Este perfil diferenciado de consumo dos domicílios unipessoais versus domicílios compostos por famílias desperta curiosidade e abre portas para estudos futuros, uma vez que a análise de rendimentos mostra que as pessoas que vivem sozinhas possuem a maior renda per capita dentre os arranjos. Uma hipótese é de que suas despesas com habitação oneram grande parte do rendimento, restando menor parcela para investimentos em bens de consumo. Outra hipótese é de que seus gastos são destinados a fins pessoais, como lazer e educação.

5 UMA ANÁLISE DE GÊNERO DAS PESSOAS QUE MORAM SOZINHAS

5.1 Introdução

Nas últimas décadas, o Brasil passou por profundas mudanças demográficas, culturais e sociais que provocaram transformações na estrutura etária e composição das famílias. Com taxas de fecundidade cada vez mais reduzidas e arranjos familiares cada vez menores, cresceram as famílias chefiadas por mulheres, como consequência do maior número de viúvas, aumento das separações e novas formas de coabitação (Bruschini, 2000).

A reversão do hiato de gênero na educação foi a maior conquista das mulheres no século XX, que ultrapassaram seus congêneres masculinos no que diz respeito ao número médio de anos de estudo. Porém, este avanço ainda não foi suficiente para reverter de forma imediata o hiato de gênero no mercado de trabalho, no acesso renda, à propriedade e no parlamento (Alves, 2003).

Contudo, as estatísticas tendem a englobar em um mesmo indicador o comportamento diferenciado das diversas coortes, o que pode “mascarar” alguns avanços femininos no mercado de trabalho. Segundo Beltrão e Alves (2004), grupos etários mais jovens de mulheres têm não só diminuído as diferenças em relação aos homens quanto à escolaridade, como também vêm ganhando terreno sobre eles, obtendo ganhos significativos em carreiras de maior prestígio social. Assim, o Brasil pode servir de exemplo para outros países na medida em que as políticas universalistas adotadas tais como o direito de voto feminino, a educação igualitária, os direitos civis e de família da Constituição de 1988 contribuíram para que as brasileiras avançassem na conquista de maiores níveis educacionais.

Analisando os domicílios unipessoais a partir dos censos e PNADs até 1980, Berquó e Cavenaghi (1988) concluíram que havia uma inversão entre os sexos na composição por faixa etária. Antes dos 30 anos havia poucas as mulheres vivendo sozinhas, seja porque já tinham casado ou ainda moravam com os pais. Na faixa de 30 a 45 anos, também havia uma proporção pequena, pois se encontravam casadas ou viviam na companhia dos filhos. A partir dos 45 anos, esta proporção começava a

crescer sendo a faixa acima de 60 anos a de maior concentração, composta principalmente por viúvas ou solteiras cujos filhos já saíram de casa. Resta compreender se esta dinâmica se mantém nos dias atuais, dadas as mudanças nos padrões de fecundidade, nupcial e até mesmo as conquistas no mercado de trabalho obtidas pelas mulheres desde então.

Gonçalves (2007) faz uma reflexão sobre como são constituídas as noções sobre mulheres que vivem sós no Brasil sob três óticas: nos estudos de população, na mídia e na percepção de um grupo de entrevistadas. Em todos os âmbitos, a educação, o trabalho remunerado e novos comportamentos sexuais, como a adoção de métodos contraceptivos, são considerados os meios pelos quais as mulheres adquirem independência e autonomia para optarem por viverem sós. Porém, estes mesmos fatores são considerados conflitantes com o mercado matrimonial, principalmente entre mulheres “maduras” (com mais de 30 anos), colocando-as como vítimas de um excedente populacional feminino, tendo como parâmetro a noção de constituição familiar. Gonçalves ressalta a dificuldade de generalizar as mulheres sós em uma mesma categoria, dado que há uma variedade de situações que as definem: (a) mulher jovem que saiu de casa, mas ainda não casou; (b) mulheres mais velhas que desejavam casar, mas não encontraram um par; (c) as separadas ou divorciadas que não recasaram; e (d) as viúvas que também se encontram na mesma situação e em geral pertencem a faixas etárias mais avançadas.

Por outro lado, algumas análises demográficas atribuem o aumento dos domicílios unipessoais a um novo estilo de vida característico de grandes centros urbanos e de camadas médias, relacionado ao processo de individualização, neste caso tanto para homem como para mulheres. Além disso, um outro fator não menos importante levantado é a busca por equilíbrio financeiro antes da formação familiar, que condiciona o casamento a uma situação econômica e profissional estável. Este adiamento da união e, por consequência, dos filhos contribui para formação dos domicílios unipessoais em ambos os sexos, principalmente nas idades mais jovens (Gonçalves, 2007).

Diante deste contexto, neste capítulo iremos analisar os dados das PNADs de 1997 e 2007 sob a ótica de gênero, buscando identificar diferenciais no perfil sócio-

econômico entre homens e mulheres que vivem sozinhos no Brasil, a partir de variáveis como escolaridade, trabalho, rendimentos, moradia e posse de bens de consumo. Buscando compreender se existem diferenciais nas diferentes coortes de idade, foi feita uma segmentação por sexo e as seguintes faixas etárias: 20 a 39 anos, 40 a 59 anos e 60 ou mais anos. Os chefes unipessoais com idade inferior a 20 anos não foram contemplados devido à baixa representatividade² e baixa maturação sócio-econômica em relação aos demais grupos.

5.2 Diferenciais de Gênero nos Arranjos Unipessoais

A tabela 8 apresenta a distribuição das pessoas que viviam sozinhas em 2007 por faixa etária. Podemos perceber que as mulheres apresentam forte concentração nas idades mais avançadas, enquanto homens estão melhores distribuídos entre as idades mais jovens. Traduzindo em números, enquanto 54% das mulheres possuem 60 anos ou mais de idade, entre os homens este percentual é de 28%. Por outro lado, os percentuais masculinos nas faixas que vão de 20 a 49 anos são aproximadamente o dobro dos percentuais femininos.

Tabela 8: Distribuição dos chefes de domicílios unipessoais por faixas etárias, Brasil, 2007.

Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total
10 a 19	1%	1%	1%
20 a 29	14%	7%	11%
30 a 39	19%	8%	14%
40 a 49	20%	11%	16%
50 a 59	17%	19%	18%
60 ou mais	28%	54%	41%
Total	100%	100%	100%

Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

A revisão de literatura aponta dois fatores intimamente ligados à concentração feminina nas faixas de idade mais avançadas. Em primeiro lugar, a expectativa de vida das mulheres superior a dos homens é responsável por gerar um maior contingente de viúvas que viúvos. Segundo o IBGE, no ano 2000 a expectativa de vida feminina correspondia a 74,1 anos, enquanto a masculina a 66,7 anos.

² Chefes unipessoais com menos de 20 anos representam cerca de 1% dos domicílios unipessoais.

O segundo fator refere-se ao aumento dos divórcios e separações. Segundo Gonçalves (2007), os recasamentos ocorrem de forma diferente entre homens e mulheres, uma vez que a razão entre os sexos é favorável aos homens, isto é, existem mais mulheres que homens no “mercado matrimonial” e que a idade para o casamento é histórica e culturalmente diferente para os dois sexos, sendo mais elevada para homens que mulheres. Assim, o contingente de mulheres vivendo sozinhas nas idades mais avançadas tende a ser mais elevado, apesar dos avanços sociais.

Considerando o universo de domicílios unipessoais por grupos de sexo e idade, os dados da PNAD apresentados na tabela 9 mostram que a maior concentração se encontra entre mulheres de 60 ou mais anos, conforme as razões explicadas anteriormente. É interessante destacar que a participação de mulheres reduz gradativamente à medida que a faixa etária diminui, enquanto a participação masculina, não apresenta o mesmo padrão. Os homens de 20 a 39 anos representam 17% dos domicílios unipessoais, homens de 40 a 59 anos correspondem a 19%, porém ao contrário do que acontece com mulheres, a participação de homens idosos reduz para 14%. No caso feminino, estes percentuais são de 8%, 15% e 27%, respectivamente.

O comparativo com a PNAD de 1997 revela um comportamento interessante. Apesar de mulheres com 60 ou mais anos serem maioria nos arranjos unipessoais, este grupo perdeu participação na última de década de 29% para 27%. Já a coorte feminina de 40 a 59 anos cresceu de 14% para 15%, enquanto a faixa mais jovem manteve-se em 8%. Por outro lado, homens ganharam espaço dentro deste arranjo. Na faixa mais avançada, cresceram de 13% para 14% e na faixa de 40 a 59 anos apresentaram o maior ganho de participação que passou 16% em 1997 para 19% em 2007. Já a faixa mais jovem obteve redução de 18% para 17%.

Uma série de fatores podem explicar estas variações. Assim como ocorre para mulheres, uma possível razão para o aumento da participação masculina na faixa de 40 a 59 anos é o aumento das separações e divórcios dentre casais onde os filhos permanecem com as mães. Além disso, é possível que o adiamento dos casamentos no caso masculino seja mais prolongado que entre mulheres, uma vez que estas tendem a se unir à homens mais velhos.

Já a permanência do percentual de mulheres e redução do percentual de homens na faixa de idade mais jovem pode estar relacionada ao aumento da idade ao sair de casa, evento que faz parte de uma discussão referida na literatura como “transição para vida adulta”. Segundo Vieira (2006), esta transição caracteriza-se por uma série de mudanças que incluem completar a formação escolar, entrar no mercado de trabalho, casar e se tornar pai ou mãe. Analisando este processo no ano 2000, Vieira concluiu que existem importantes diferenciais de gênero, tendendo as mulheres a iniciarem seu ciclo de formação familiar mais cedo, o que não significa que sua inserção no mercado de trabalho se dê da mesma forma. Camarano et al (2003) mostra que a transição para vida adulta está cada vez mais difícil de ser alcançada. Embora os níveis de escolaridade tenham aumentado substancialmente, as barreiras de entrada no mercado de trabalho tem levado uma elevada proporção de jovens a viverem com os pais até idades mais avançadas, impactando dentre outros fatores, à formação de domicílios unipessoais nas faixas etárias mais jovens.

Tabela 9: Distribuição dos domicílios unipessoais por grupos de sexo e idade, Brasil, 1997-2007.

Grupos de Sexo e Idade	Distribuição dos domicílios	
	1997	2007
Ambos os sexos 10-19 anos	1%	1%
Homens 20-39 anos	18%	17%
Homens 40-59 anos	16%	19%
Homens 60 ou mais	13%	14%
Mulheres 20-39 anos	8%	8%
Mulheres 40-59 anos	14%	15%
Mulheres 60 ou mais	29%	27%

Fonte: IBGE, microdados das PNADs de 1997 e 2007

Palmer (2006) analisa a evolução dos domicílios unipessoais na Inglaterra, cuja participação cresceu de 6,5% para 14% de 1971 para 2006, sendo metade dos domicílios compostos por pessoas em idade ativa, enquanto outra metade composta por aposentados. O autor conclui que neste país, o crescimento se deu de forma diferente entre estes dois grupos. Enquanto o número de aposentados vivendo sozinhos acompanha o ritmo de crescimento deste grupo na população, o número de pessoas em idade ativa que vivem sozinhas cresce além dos demais arranjos chefiados por pessoas na mesma faixa de idade. É interessante traçar este paralelo, uma vez que os dados da PNAD revelam que no Brasil, os grupos unipessoais que

mais ganharam participação foram aqueles com faixa etária entre 40 e 59 anos, isto é, pessoas que estão colocadas no mercado de trabalho.

Palmer (2006) ainda ressalta que as causas para o maior crescimento do grupo em idade ativa é uma questão complexa, e aponta dois fatores principais tais como: o aumento da proporção de pessoas solteiras e estabelecidas financeiramente que saem da casa dos pais em busca de privacidade; e a tendência cada vez menor das pessoas viverem com um parceiro ou ao menos de esperarem mais tempo antes de se unirem com um cônjuge. Para Palmer, o aumento deste grupo é mais uma questão de escolha, enquanto que para o grupo de aposentados se dá por necessidade.

As razões apontadas por Palmer vão de encontro com a teoria da Segunda Transição Demográfica descrita por Van de Kaa e Lesthaegue. No caso do Brasil, o crescimento dos domicílios unipessoais é um exemplo entre outras várias tendências previstas pelos demógrafos que vêm ocorrendo no país, e tende a permanecer pelas próximas décadas. Logo, é importante que se conheça as características deste arranjo, entendendo seus diferenciais por sexo e idade, dado que as possíveis razões que levam essas pessoas a morarem sozinhas estão apoiadas em diferentes causas e as inserem em diferentes condições econômicas e sociais.

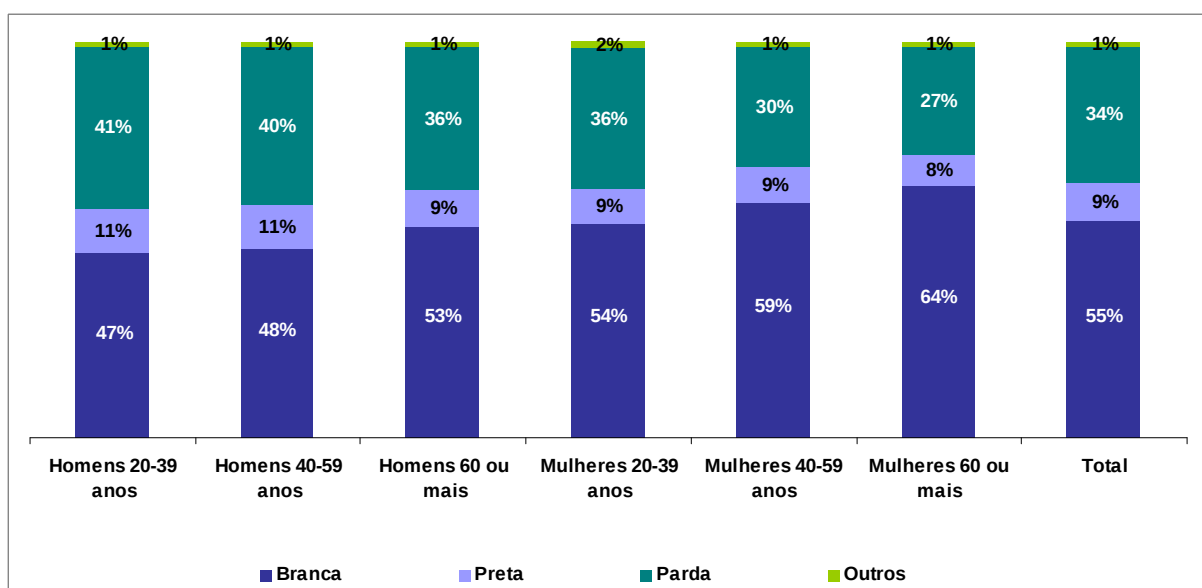
5.2.1 Perfil sócio-demográfico: cor e escolaridade

O gráfico 11 mostra a distribuição dos grupos de domicílios unipessoais por cor/raça. Mulheres apresentam maiores percentuais referentes à cor branca que homens e nos dois casos, este percentual cresce conforme aumenta a idade por gênero.

Enquanto 64% das mulheres com 60 ou mais anos declaram-se brancas, este percentual é de 53% para homens da mesma idade. Na faixa de 40 a 59 anos, esta categoria reduz para 59% entre mulheres e 48% para homens. Entre os mais jovens, isto é, de 20 a 39 anos, estes percentuais correspondem a 54% e 47% respectivamente.

De forma inversa aos brancos, os homens possuem maior participação de pardos, e para os dois gêneros, esta diminui à medida que a faixa etária avança. Nas faixas de 20 a 39 anos, homens e mulheres pardos correspondem a 41% e 36%, seguindo para 40% e 30% para a faixa etária de 40 e 59 anos, respectivamente. Entre idosos, estes percentuais correspondem a 36% e 27%.

Gráfico 11: Distribuição dos domicílios unipessoais por cor/raça do chefe e grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.



Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

Em relação à educação, os dados da PNAD 2007 (gráfico 12) confirmam as tendências reveladas pela revisão de literatura sobre gênero. O grau de escolaridade das mulheres é muito mais elevado que dos homens em todas as faixas etárias, e nos dois casos, é mais alta entre jovens.

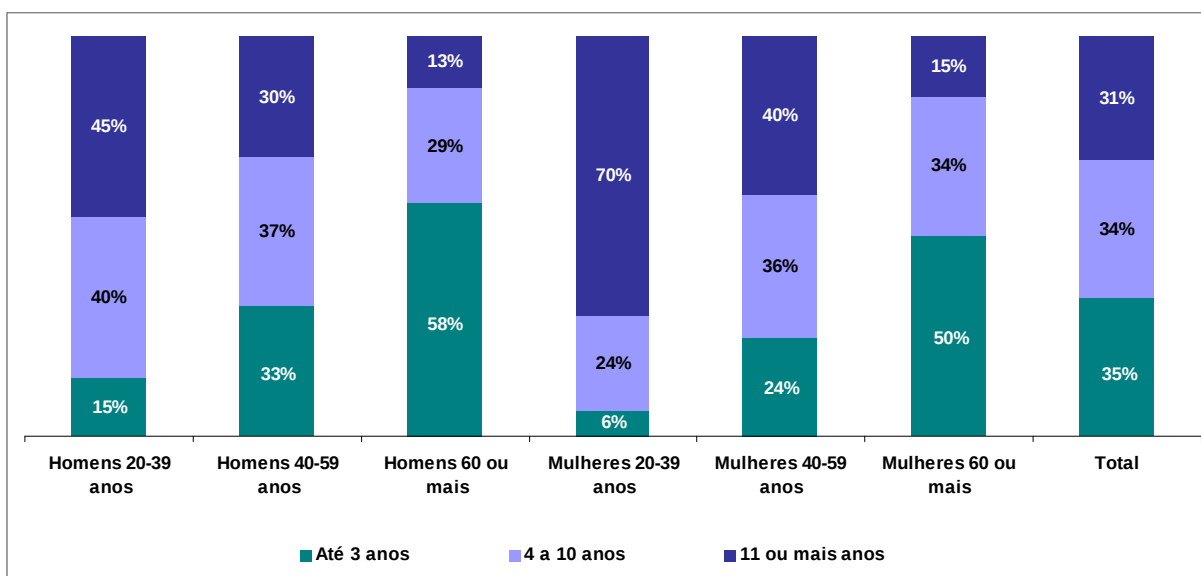
Na faixa de 20 a 39 anos, 70% das mulheres possuem 11 ou mais anos de estudo, enquanto 45% dos homens o possuem. Na faixa seguinte, estes percentuais reduzem, porém as diferenças de gênero continuam acentuadas: 40% das mulheres e 30% dos homens entre 40 a 59 anos possuem 11 ou mais anos de estudo. Entre idosos, estes percentuais correspondem a 15% e 13%, respectivamente.

Esta diferença mostra que as mulheres que moram sozinhas estudam muito mais que homens, principalmente as mais jovens. De uma forma geral, esta condição foi imposta pelas barreiras encontradas no mercado de trabalho nas últimas décadas,

que as levaram a adquirir um nível educacional mais competitivo nos dias atuais. Sob uma ótica mais específica, estes dados remetem à reflexão de que apenas as mulheres mais escolarizadas, e muito possivelmente mais bem sucedidas profissionalmente, conseguem conquistar sua independência financeira para viver sozinhas.

Segundo Beltrão e Alves (2004), alguns autores consideram que embora tenha havido um avanço feminino na educação, ainda persiste uma “bipolarização” de sexo nos cursos humanas-exatas, sendo que as mulheres ainda estariam concentradas em carreiras “mais fáceis” ou menos valorizadas na sociedade. Porém, a análise de Guedes (2004) mostra que as mulheres com idades entre 20 e 29 anos no censo 2000 já apresentavam ganhos significativos nas carreiras consideradas “mais difíceis” e de maior prestígio social.

Gráfico 12: Distribuição dos domicílios unipessoais por anos de estudo do chefe e grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.



Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

Por outro lado, homens e mulheres idosos vivendo sozinhos chamam atenção pelo baixo grau de instrução. Dado que são os únicos provedores de renda dentro do domicílio, os percentuais de chefes com até 3 anos de estudo sugere que estes grupos possuem baixos rendimentos, o que possivelmente os submetem a situações de privação e vulnerabilidade social.

Camargos (2008) destaca a importância da família no que diz respeito ao bem-estar e qualidade de vida dos idosos que vivem sozinhos. Alerta sobre a atenção que deve ser voltada para este grupo, uma vez que com o aumento da expectativa de vida, aumenta o risco dos idosos necessitarem de ajuda financeira e assistência por parte da família, porém o número cada vez menor de filhos e a inserção da mulher no mercado de trabalho tendem a comprometer os cuidados destinados à pessoa idosa da família.

5.2.2 Análise sócio-econômica: trabalho, rendimentos e previdência

A análise do mercado de trabalho, vista sobre uma perspectiva de gênero, deve contemplar não só os hiatos ocupacionais, mas também aqueles relacionados a rendimento. Entretanto, um indicador mais amplo das mudanças do papel feminino é o aumento da sua participação na população economicamente ativa, que não representa uma condição suficiente para garantir a igualdade de gênero nas várias dimensões do mercado de trabalho, mas é condição necessária para que esta ocorra. (Wajnman e Rios-Neto, 1994)

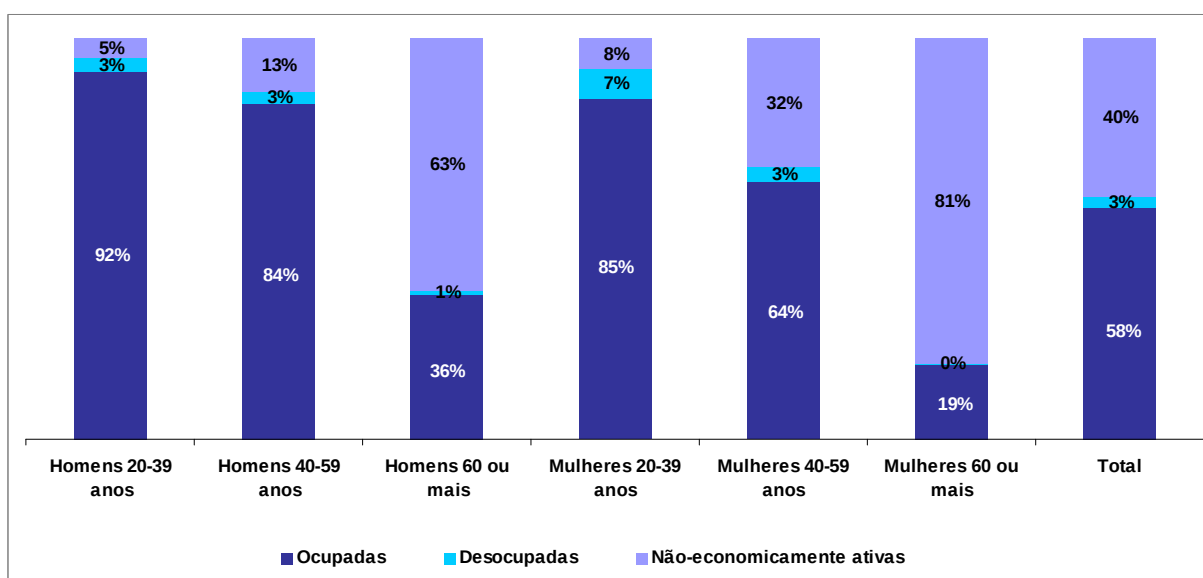
O gráfico 13 apresenta o percentual de pessoas ocupadas segundo os grupos de chefes unipessoais. Os dados comprovam que apesar de possuírem nível educacional muito superior aos homens, o percentual de mulheres ocupadas ainda é inferior em todas as faixas etárias. Enquanto 92% dos homens com 20 a 39 anos estão ocupados, este percentual é de 85% entre as mulheres da mesma idade. Cabe destacar que 7% das mulheres nesta faixa estão desocupadas, refletindo as dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Na faixa de 40 a 59 anos o percentual de ocupados corresponde a 84% para homens e 64% para mulheres, acentuando ainda mais a diferença entre os dois casos. Neste grupo de idade chama atenção o percentual de mulheres não economicamente ativas, que corresponde a 32%. Possivelmente grande parte destas mulheres encontram-se na condição unipessoal devido à ocorrência de separações, divórcios e viuvez. Vivendo de renda e desprovidas de acesso ao mercado de trabalho, este grupo é mais propenso à vulnerabilidade tanto econômica quanto social. Cabe ressaltar que o hiato de ocupação entre as mulheres de 20 a 39

anos e 40 a 59 anos é muito expressivo, o que reforça que diferentes condições levaram estas mulheres a viverem sozinhas.

Entre homens idosos, o percentual de ocupação corresponde a 36%, mostrando que parte significativa de pessoas acima de 60 ainda trabalham, seja por não estarem aposentados ou por necessitarem de uma complementação de renda. Este percentual entre mulheres corresponde a 19%, confirmando que os diferenciais permanecem em todas as faixas de idade.

Gráfico 13: Distribuição dos domicílios unipessoais por condição de ocupação do chefe e grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.



Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

Segundo Wajnman e Rios-Neto (2000), o padrão de atividade masculina é muito mais homogêneo do que o feminino comparando países com níveis de desenvolvimento sócio-econômico distintos, ou observando a evolução de longo prazo num mesmo país. O perfil de atividade masculina tende a ser elevado na faixa etária de 20 a 49 anos, com reduções nas idades extremas, devido ao peso do emprego rural, atividades informais e, no caso de idosos, a cobertura do sistema previdenciário. Já para o ciclo de vida das mulheres, afirmam não ter um padrão definido, havendo diversos perfis etários típicos em países com similaridade econômica. Por exemplo, na maioria dos países industrializados, os padrões de atividade são marcados por um pico nas idades jovens, onde o trabalho feminino é determinado pelo casamento e maternidade, característica que se aplica ao Brasil.

Já em países menos desenvolvidos, onde a atividade econômica é tipicamente rural ou marcada pela indústria domiciliar, a ocupação feminina permanece elevada em toda a distribuição etária.

Considerando o universo de pessoas ocupadas, a tabela 10 apresenta a distribuição dos grupos unipessoais por posição de ocupação. O percentual de empregados com carteira assinada é maior na faixa etária de 20 a 39 anos, correspondendo a 44% entre homens e 48% entre mulheres. Nas faixas seguintes, o nível de informalidade cresce e o percentual de homens e mulheres trabalhadores com carteira assinada reduz, respectivamente, para 27% e 24% nas faixas entre 40 a 59 anos, e para 9% e 6% para 60 ou mais anos de idade.

Já o percentual de empregados sem carteira assinada também é maior para as faixas mais jovens e para o sexo masculino. Enquanto 22% dos homens entre 20 e 39 anos pertencem a esta categoria, o percentual feminino é igual a 16%.

Mulheres destacam-se na ocupação de trabalhadores domésticos com e sem carteira assinada e funcionário público ou militar. Em todas as faixas de idade estes percentuais femininos superam os masculinos, principalmente na faixa de 40 a 59 anos, onde estas ocupações correspondem a 21% e 16%, respectivamente. Entre mulheres de 20 a 39 estes percentuais reduzem para 12% e 10%, reflexo do maior grau de escolaridade deste grupo de idade.

Tabela 10: Distribuição dos domicílios unipessoais por posição de ocupação do chefe e grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.

Posição de ocupação	Homens 20-39 anos	Homens 40-59 anos	Homens 60 ou mais	Mulheres 20-39 anos	Mulheres 40-59 anos	Mulheres 60 ou mais	Total
Empregado com carteira assinada	44%	27%	9%	48%	24%	6%	30%
Empregado sem carteira assinada	22%	18%	14%	16%	9%	5%	16%
Trabalhador doméstico com ou sem carteira	2%	2%	3%	12%	21%	13%	7%
Funcionário público/Militar	6%	8%	4%	10%	16%	6%	8%
Conta própria	22%	37%	45%	10%	23%	35%	28%
Empregador	4%	6%	7%	3%	3%	3%	4%
Trabalhador para uso próprio	1%	2%	17%	0%	3%	26%	5%
Não remunerado	0%	1%	2%	1%	1%	6%	1%

Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

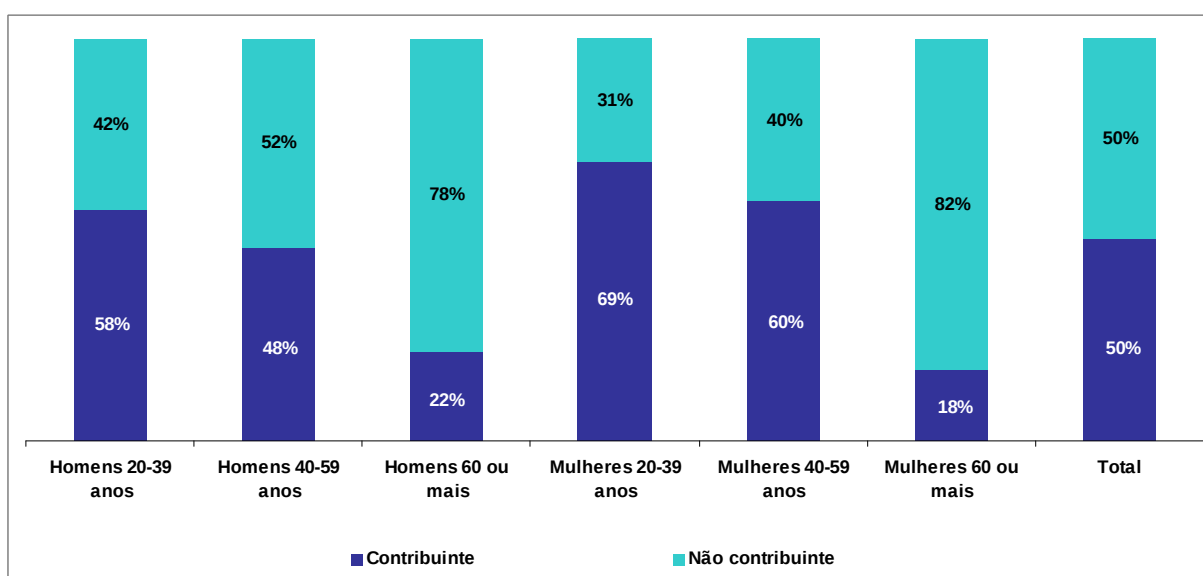
Entre idosos, os percentuais de trabalhadores por conta própria ou para consumo próprio são marcantes, correspondendo a 45% e 17% entre homens e 35% e 26%

entre as mulheres. Outro percentual que chama atenção é de 14% de empregados sem carteira para homens e 13% de domésticas entre mulheres.

O retrato da ocupação feminina nos arranjos unipessoais por faixas de idade mostra que sua marginalização vem reduzindo ao longo dos anos, dada a menor ocupação de trabalhos tipicamente femininos (por exemplo, ocupação de trabalho doméstico), assim como o menor grau de informalidade (trabalhadores sem carteira assinada). A elevada escolaridade de mulheres nos dias é a principal razão desta conquista e no caso dos domicílios unipessoais, mostra uma vantagem feminina em relação à posição na ocupação masculina. Por outro lado, a situação dos idosos é preocupante, uma vez que seu perfil de ocupação sugere a busca por atividades que complementem sua aposentadoria, e que oferecem baixas remunerações, comprometendo o bem-estar social destes grupos de idade.

Um reflexo das condições de trabalho dos grupos unipessoais é o percentual de contribuintes para previdência (gráfico 14). Para mulheres de 20 a 39 anos o percentual de contribuintes é de 69%, enquanto para homens é de 58%. Na faixa etária seguinte (40 a 59 anos), o percentual de contribuição é menor, porém as diferenças continuam favorecendo as mulheres: 60% delas contribuem para previdência, enquanto que para homens o percentual é de 48%. Na faixa etária seguinte (60 ou mais), o percentual de contribuição é ainda menor, 22% para homens e 18% para mulheres. O total de contribuintes é de 50%.

Gráfico 14: Percentual de chefes de domicílios unipessoais que contribuem para previdência por grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.



Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

Este comportamento reflete a posição de ocupação das mulheres no mercado de trabalho, que concentram maior proporção em categorias com carteira assinada ou funcionário público/militar. Homens, por sua vez, estão mais concentrados em categorias sem carteira assinada e por conta própria até mesmo nas faixas mais jovens, mostrando que no universo de pessoas que vivem sozinhas, as mulheres possuem situação sócio-econômica mais estável e favorável que homens.

A tabela 11 fornece o rendimento médio de todas as fontes e do trabalho principal para os grupos de domicílios unipessoais. Enquanto na faixa etária de 20 a 39 anos, mulheres possuem maiores rendimentos médio, seja de todas as fontes ou trabalho principal, nas faixas mais avançadas, principalmente entre idosos, os rendimentos femininos são inferiores. Na faixa de 20 a 39 anos o rendimento feminino de todas as fontes corresponde a 114% do masculino, nas faixas de 40 a 59 corresponde a 95% e, entre idosos, a 88%. Este fato comprova mais uma vez que entre jovens que vivem sozinhos, os diferenciais de gênero já alcançam proporções inversas ao que a literatura sobre mulheres costuma revelar, isto é, mulheres jovens que moram sozinhas possuem melhores condições de vida que homens. Exemplos disso são seu nível de instrução, de posição na ocupação, contribuição para previdência e também seus rendimentos. Por outro lado, mulheres idosas são as menos favorecidas, reflexo dos baixos níveis de escolaridade e desigualdades sociais do passado.

Segundo Pinnelli (2004), em muitos países a reversão do hiato de escolaridade, leva muitas mulheres a encontrarem uma posição mais favorável no mercado de trabalho, principalmente devido à expansão do setor terciário. Estas mudanças trouxeram impactos também para a formação da família, no que diz respeito ao seu adiamento. Quando as mulheres casam mais tarde, são escolarizadas e possuem um emprego remunerado é mais provável que as diferenças de gênero sejam mais limitadas, quando não invertidas: mulheres mais velhas, mais escolarizadas e com ocupações de maior prestígio em relação aos homens. Neste contexto, podemos traçar um paralelo com as mulheres de 20 a 39 anos que moram sozinhas, que possuem maiores níveis de educação e inserção no mercado de trabalho. É provável que a condição unipessoal seja temporária até que atinjam a estabilidade profissional e financeira desejadas e decidam se casar e ter filhos.

Por outro lado, Pinnelli faz a ressalva de que se estas mulheres possuem autonomia financeira, elas não necessitam casar para sobreviver economicamente e podem divorciar-se caso a relação com o parceiro esteja insatisfatória. Estas características já enquadram de uma forma mais geral todos os grupos de mulheres que compõem os arranjos unipessoais, mostrando que sua formação está diretamente ligada às transformações de gênero ocorridas nas últimas décadas.

Tabela 11: Rendimento médio em reais de todas as fontes, do trabalho principal e média de horas semanais trabalhadas³ dos chefes por grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.

Grupos de sexo e idade	Rendimento médio todas as fontes	Rendimento médio trabalho principal	Média de horas trabalhadas
Homens 20-39 anos	1184	1193	44
Homens 40-59 anos	1319	1319	43
Homens 60 ou mais	1090	1157	38
Mulheres 20-39 anos	1357	1400	41
Mulheres 40-59 anos	1253	1191	37
Mulheres 60 ou mais	955	695	25
Total	1155	1220	40

Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

Buscando melhor entendimento sobre os rendimentos dos grupos unipessoais, a tabela 12 fornece o percentual de chefes que recebem pensão ou aposentadoria, além do percentual que vive somente destas fontes. Temos que 75% dos homens com 60 ou mais anos recebem aposentadoria, porém 53% vivem somente desta fonte. Para mulheres, esses percentuais correspondem a 55% e 28%, uma vez que o percentual que vive de pensão também é expressivo, o que não ocorre entre homens. De forma similar, 54% das mulheres recebem pensão e 28% vivem somente deste tipo de rendimento.

Como a PNAD não possui informações sobre estado civil dos brasileiros, o percentual de mulheres que vivem de pensão se torna um indicador interessante para inferir os casos de fatalidade, onde mulheres passam a morar sozinhas devido a separações (sem que tenham um trabalho remunerado), divórcio ou viuvez. De forma intuitiva, sabemos que ocorrem nas idades mais avançadas, porém, é

³ Rendimento de trabalho principal e horas trabalhadas referentes apenas aos chefes ocupados na semana de referência.

interessante identificar que correspondem a cerca de metade dos casos unipessoais femininos.

Tabela 12: Percentual de chefes de domicílios unipessoais que recebem aposentadoria e pensão e que vivem somente destas fontes por grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.

Grupos de sexo e idade	Recebem estas fontes		Vivem somente destas fontes	
	Aposentadoria	Pensão	Aposentadoria	Pensão
Homens 20-39 anos	1%	1%	1%	0%
Homens 40-59 anos	10%	3%	7%	1%
Homens 60 ou mais	75%	8%	53%	2%
Mulheres 20-39 anos	1%	4%	0%	2%
Mulheres 40-59 anos	16%	24%	8%	13%
Mulheres 60 ou mais	55%	54%	28%	28%
Total	30%	20%	18%	10%

Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

Quanto à análise do trabalho doméstico realizado pelas pessoas que moram sozinhas, a PNAD 2007 revela que o percentual de mulheres que cuidam destes afazeres é superior ao masculino em todas as faixas etárias. Enquanto 93% das mulheres de 20 a 39 anos cuidavam dos afazeres domésticos, este percentual corresponde a 88% para homens.

Na faixa etária seguinte (40 a 59 anos), o percentual feminino aumenta para 95%, enquanto o masculino se mantém em 88%. Para idosos, ocorre uma pequena redução para 90% e 83%, respectivamente. Em relação às horas semanais dedicadas a estes afazeres, a média feminina supera a masculina em todas as idades, sendo menor entre os mais jovens, que em sua maioria possuem uma carga horária de trabalho superior, e ainda dividem seu tempo com múltiplas atividades, como por exemplo, o aprimoramento educacional.

Se por um lado, esta diferença de dedicação parece retratar uma desvantagem feminina, por outro mostra a capacidade da mulher moderna de absorver não só a rotina de estudo e trabalho, como também os cuidados da casa e de seu bem-estar.

Tabela 13: Percentual de chefes de domicílios unipessoais que cuidavam de afazeres domésticos e média de horas semanais dedicadas por grupos de gênero, Brasil, 2007.

Grupos de sexo e idade	Cuidavam dos afazeres domésticos	Média semanal de horas dedicadas
Homens 20-39 anos	88%	13
Homens 40-59 anos	88%	14
Homens 60 ou mais	83%	17
Mulheres 20-39 anos	93%	15
Mulheres 40-59 anos	95%	22
Mulheres 60 ou mais	90%	25
Total	89%	19

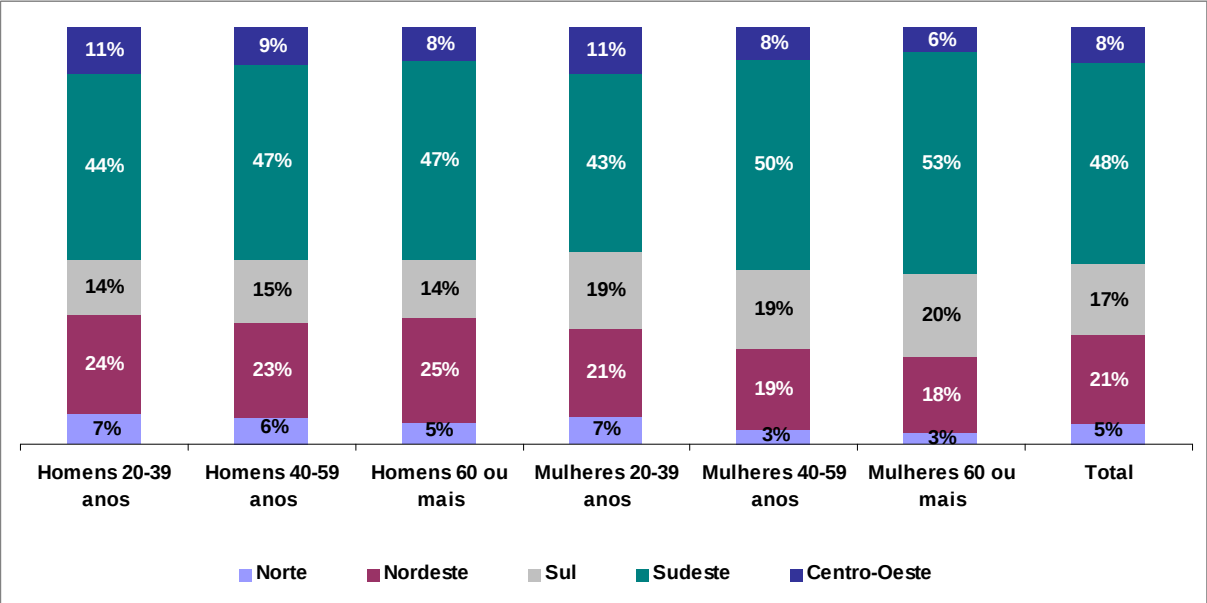
Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

Com os dados apresentados até o momento, foi possível verificar as desigualdades de gênero nos arranjos unipessoais no que diz respeito à escolaridade, trabalho e rendimentos reduziram com o passar dos anos e atingiram um cenário inverso ao que a literatura de gênero costuma revelar: mulheres em melhores situações sócio-econômicas que homens e ocupando posições mais privilegiadas em virtude do grande hiato educacional favorável ao grupo feminino. Buscando entender e confirmar ainda mais este favorecimento feminino no arranjo unipessoal entre o grupo etário mais jovem, a seguinte seção será destinada a analisar as condições de moradia, assim como acesso a serviços e posse de bens de consumo.

5.2.3 Análise da moradia: localização, tipo, serviços e bens

A análise dos grupos de pessoas que moram sozinhas por regiões do Brasil indica que majoritariamente pertencem à região sudeste, sendo este percentual maior entre mulheres com 40 ou mais anos, e menor entre homens e mulheres entre 20 e 39 anos (gráfico 15). Enquanto 50% das mulheres entre 40 e 59 anos e 53% das mulheres com 60 ou mais anos pertencem à região sudeste, entre homens estes percentuais são de 47% nas duas faixas etárias. Para estes últimos, a participação da região Nordeste é mais elevada, variando de 23% a 25%. Cabe destacar a participação acima da média de jovens entre 20 e 39 anos, ambos os gêneros, nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Gráfico 15: Distribuição dos domicílios unipessoais por região e grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.



Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

A tabela 14 indica que o arranjo unipessoal é um fenômeno urbano. Além disso, o percentual de domicílios urbanos cresce à medida que a faixa etária reduz, sendo maior entre as mulheres. Enquanto 97% dos domicílios unipessoais compostos por mulheres entre 20 e 39 anos pertencem a áreas urbanas, este percentual é de 85% entre homens na mesma faixa etária. Entre idosos, estes percentuais reduzem para 90% e 79%, respectivamente.

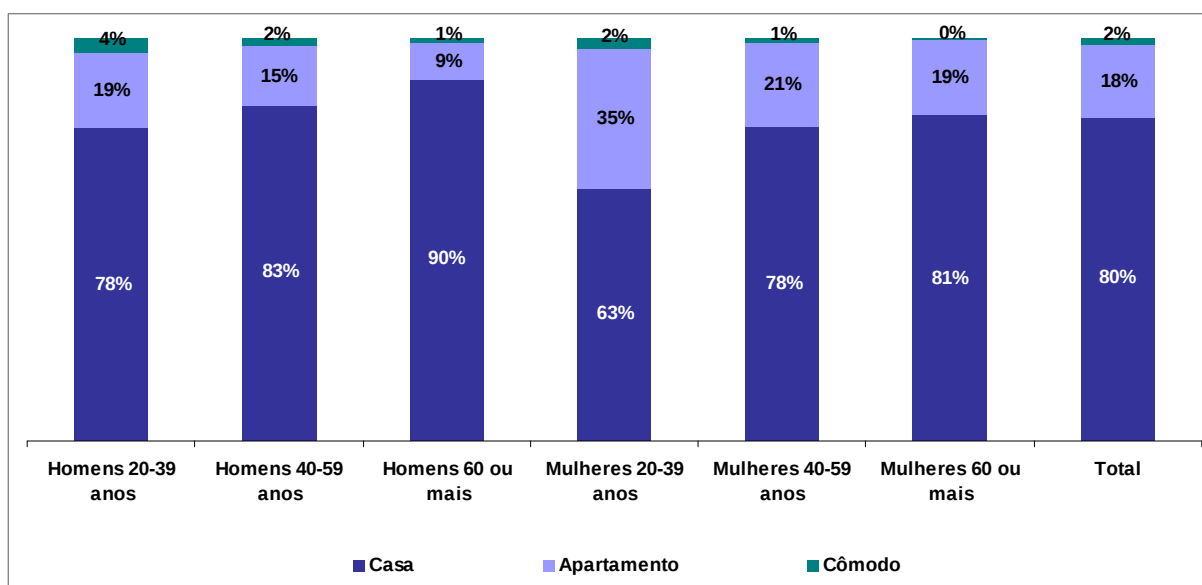
Tabela 14: Distribuição dos domicílios unipessoais por região e grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.

Grupos de sexo e idade	Rural	Urbana
Homens 20-39 anos	15%	85%
Homens 40-59 anos	20%	80%
Homens 60 ou mais	21%	79%
Mulheres 20-39 anos	3%	97%
Mulheres 40-59 anos	7%	93%
Mulheres 60 ou mais	10%	90%
Total	13%	87%

Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

A análise do tipo de domicílio reflete o grau de urbanização destes grupos, conforme podemos observar no gráfico 16. O percentual de chefes morando em apartamentos é maior entre mulheres, e aumenta conforme a faixa etária reduz. Temos que 35% das mulheres entre 20 e 39 anos residem em apartamentos, e estes percentuais reduzem consecutivamente para 21% e 19% nas duas faixas etárias seguintes. Entre homens de 20 a 39 anos, este percentual é de 19%, reduzindo para 15% e 9% nas faixas de 40 a 59 anos e 60 ou mais, respectivamente.

Gráfico 16: Distribuição dos domicílios unipessoais por tipo e grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.

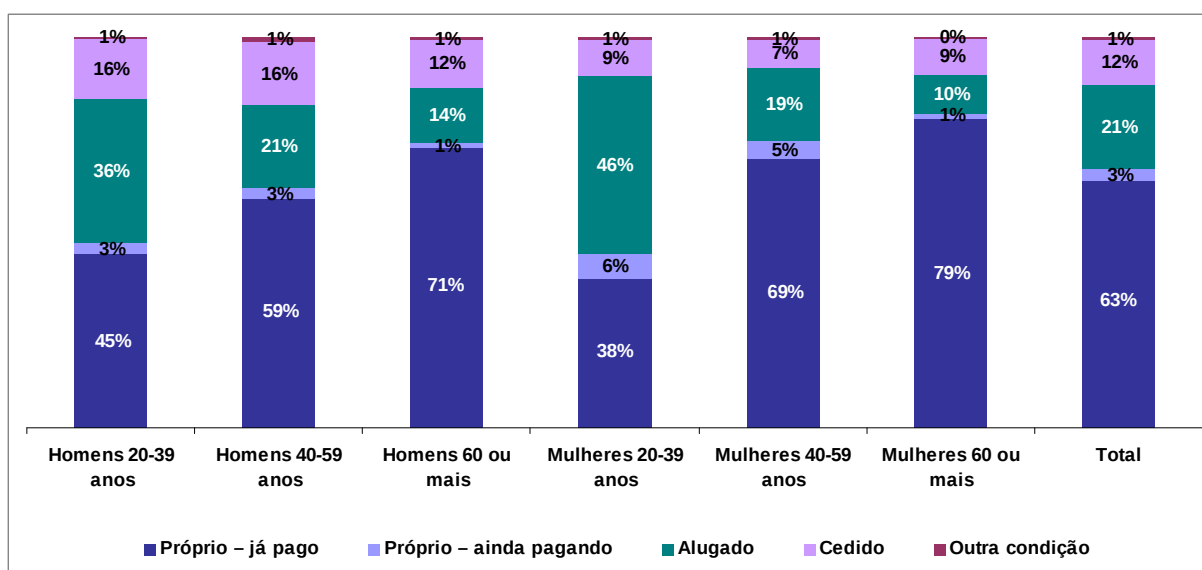


Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

O gráfico 17 revela a distribuição dos domicílios unipessoais por condição de ocupação. O primeiro fato que chama atenção é maior proporção de domicílios alugados entre homens e mulheres na faixa de 20 a 39 anos: 36% e 46% respectivamente. É natural que nesta faixa a proporção de domicílios próprios seja menor, uma vez que estes jovens ainda estão buscando estabilidade econômica. Entre mulheres desta faixa etária, o percentual de domicílios próprio ainda pagando também aparece acima de todos os demais grupos, mostrando que proporcionalmente tendem a adquirir mais financiamentos para aquisição de imóveis que os demais grupos.

Na faixa de 40 a 59 ocorre uma inversão entre os gêneros do percentual de pessoas vivendo de aluguel. Temos que 21% dos homens e 19% das mulheres nestas faixas vivem sob esta condição, enquanto 59% e 69%, respectivamente, possuem a casa própria já paga. Estes percentuais entre idosos crescem para 71% entre homens e 79% entre mulheres.

Gráfico 17: Distribuição dos domicílios unipessoais por condição de ocupação e grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.



Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

A análise da oferta de serviços públicos adequados, observados na tabela 15, revela a qualidade de vida dos domicílios unipessoais. Reflexo do maior grau de urbanização, os serviços de água canalizada, rede de esgoto, coleta de lixo e iluminação elétrica se fazem presentes de forma mais elevada entre domicílios unipessoais chefiados por mulheres, principalmente na faixa etária de 20 a 39 anos onde 97% dos domicílios pertencem a áreas urbanas. Neste grupo, 97% dos domicílios possuem água canalizada, 64% rede de esgoto, 98% coleta de lixo, 100% iluminação elétrica e 98% banheiro dentro do domicílio. Esta oferta de serviço reduz poucos pontos percentuais quando comparamos com mulheres das idades mais avançadas.

Porém, quando comparamos com homens da mesma faixa etária, as diferenças são visíveis. Dos domicílios chefiados por homens entre 20 e 39 anos, 89% possuem água canalizada, 52% rede de esgoto, 88% coleta de lixo, 97% iluminação elétrica e

94% banheiro dentro do domicílio. Diferenças que chegam a 10 pontos percentuais, revelam que mulheres que moram sozinhas vivem em melhores condições residenciais que homens na mesma situação.

Tabela 15: Percentual de domicílios unipessoais com água, esgoto, coleta de lixo, iluminação elétrica e banheiros adequados por grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.

Grupos de sexo e idade	Água	Esgoto	Lixo	Iluminação	Banheiro
Homens 20-39 anos	89%	52%	88%	97%	94%
Homens 40-59 anos	86%	47%	82%	94%	91%
Homens 60 ou mais	86%	49%	81%	95%	90%
Mulheres 20-39 anos	97%	64%	98%	100%	98%
Mulheres 40-59 anos	96%	61%	95%	99%	97%
Mulheres 60 ou mais	95%	61%	91%	99%	97%
Total	91%	55%	89%	97%	95%

Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

Esta condição também se reflete quando analisamos a posse de bens de consumo duráveis. Itens tradicionais como rádio, televisão, fogão e geladeira aparecem com altos percentuais em todos os grupos, sendo mais elevados entre os domicílios femininos. Outros itens como lavadora de roupas, telefone fixo, microcomputador e acesso à internet apresentam menores percentuais de posse, porém respeitando o comportamento anterior: são mais freqüentes entre domicílios chefiados por mulheres.

Telefone móvel revela um comportamento de consumo diferente em relação aos demais itens. Os percentuais de posse entre jovens são altos e reduzem de forma significativa à medida que a idade aumenta, sugerindo uma rejeição dos idosos a este tipo de tecnologia. O acesso a computador e à internet pelos grupos com 60 ou mais anos é extremamente reduzido – de 4% a 6% - mostrando que este meio de comunicação tão em voga nos dias atuais ainda é uma realidade distante para este grupo, e muito possivelmente para os idosos dos demais arranjos, que juntos compõem grande parcela da população brasileira.

Tabela 16: Percentual de domicílios unipessoais com posse de itens selecionados por grupos de sexo e idade, Brasil, 2007.

Grupos de sexo e idade	Telefone Móvel	Telefone Fixo	Rádio	TV	Fogão	Geladeira	Lavadora Roupas	Computador	Acesso à internet
Homens 20-39 anos	66%	22%	79%	85%	88%	75%	20%	22%	17%
Homens 40-59 anos	49%	25%	80%	79%	89%	74%	19%	15%	12%
Homens 60 ou mais	27%	28%	81%	78%	92%	75%	18%	6%	4%
Mulheres 20-39 anos	83%	34%	84%	93%	97%	90%	37%	33%	25%
Mulheres 40-59 anos	57%	50%	87%	93%	98%	92%	41%	19%	16%
Mulheres 60 ou mais	25%	54%	83%	91%	98%	92%	39%	5%	4%
Total	46%	37%	82%	86%	94%	83%	29%	14%	11%

Fonte: IBGE, microdados da PNAD 2007

6 CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo realizar a caracterização sócio-demográfica e de gênero dos domicílios unipessoais brasileiros à luz da teoria das Transições Demográficas. Para tal, foram utilizados os dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1997 e 2007, fornecidas pelo IBGE.

A análise foi subdividida em duas partes. Na primeira, foi feita a caracterização sócio-demográfica dos domicílios unipessoais comparativamente aos demais arranjos domiciliares para o ano de 2007. Neste capítulo também foi examinada a evolução de alguns indicadores no intervalo de dez anos. Na segunda, foi feita a análise de gênero das pessoas que moram sozinhas, comparando grupos compostos a partir das variáveis sexo e faixa etária.

Em relação às mudanças ocorridas na composição dos arranjos domiciliares brasileiros entre 1997 e 2007, podemos destacar a diversificação e redução do tamanho dos arranjos domiciliares. O modelo patriarcal de família composto por casais com filhos ainda é predominante, porém sua importância relativa reduziu de forma expressiva na última década, passando de 59,3% para 50,5%. Em contrapartida, foram observadas elevadas taxas de crescimento entre os arranjos de menor tamanho, sendo o domicílio unipessoal o que mais cresceu, aumentando sua participação de 8,6% para 11,5% no período de dez anos.

A revisão de literatura aponta uma os cinco componentes principais que afetam o crescimento dos domicílios unipessoais: (a) a redução da fecundidade num primeiro momento, caracterizada pela redução do número de filhos, e num segundo momento pela retirada da procriação e o crescimento do número de pessoas nupciais; (b) o envelhecimento populacional, ocasionado pela transição demográfica e a consequente mudança na estrutura etária da população; (c) o aumento da escolarização feminina e entrada no mercado de trabalho; (d) mudanças nos padrões nupciais, como aumento das separações e divórcios e o adiamento dos casamentos e uniões; e (e) aumento do individualismo, característico da sociedade pós-moderna, onde se observa a transferência do foco dos filhos para o adulto.

Em relação ao perfil de idade, as pessoas que moram sozinhas apresentam elevada concentração de idosos em relação à média nacional, assim como casais sem filhos sem parentes e/ou agregados e homens com filhos. A distribuição por faixa etária pouco variou em relação a 1997, porém o percentual de chefes unipessoais com 60 ou mais anos reduziu 1,3 pontos, enquanto a faixa que mais cresceu foi a de 50 a 59 anos.

Os chefes unipessoais declaram-se majoritariamente brancos e pardos, assim como a média nacional, porém o percentual de brancos é pouco mais elevado que o padrão. O mesmo acontece com casais sem filhos sem parentes e /ou agregados.

Quanto ao nível de escolaridade, os domicílios unipessoais apresentam uma bipolaridade. De um lado, o elevado percentual de pessoas com até 3 anos de estudo, que apesar de ter reduzido na última década, permanece acima da média nacional. Por outro lado, um dos mais altos percentuais de pessoas com 11 ou mais anos de estudo, que cresceu acima da média na última década.

Em relação às características de trabalho e rendimentos, os domicílios unipessoais apresentam uma proporção alta de pessoas não-economicamente ativas, em virtude do perfil etário deste grupo. Assim como a média nacional, o percentual de empregados com carteira assinada cresceu na última década, comprovando a redução relativa da informalidade dentre as posições de ocupação e por sua vez contribuindo para o aumento da arrecadação previdenciária como um todo.

Quando comparados aos demais arranjos, os unipessoais apresentam o menor rendimento mensal domiciliar. Porém, considerando a quantidade média de moradores, a renda média mensal per capita é a maior dentre todos, sendo duas vezes maior que a de casais e mulheres com filhos. Este indicador mostra que a existência de grupos unipessoais com melhores condições de vida em relação a outros arranjos, dado que seu dispêndio é direcionado unicamente para o adulto sozinho.

No que diz respeito à localização e moradia, os arranjos unipessoais apresentaram maior expansão urbana na última década - 87% pertencem a zonas rurais, contra 81% há dez anos – sendo sua maior concentração na região sudeste, assim como a

população brasileira de uma forma geral. Apesar de majoritariamente residirem em casas, este arranjo apresenta o maior percentual de pessoas vivendo em apartamentos, além de maior crescimento nesta categoria. Isto se reflete na condição de ocupação destes moradores, uma vez que apresentam também elevado percentual de pessoas vivendo de aluguel.

Em relação aos bens de consumo duráveis, é interessante observar que as pessoas que vivem sozinhas são as que menos possuem itens, o que faz deste grupo um potencial público consumidor, dada elevada renda média per capita quando comparada aos demais arranjos. Essa análise desperta a curiosidade sobre o comportamento de consumo das pessoas que vivem sozinhas, uma vez que seus rendimentos parecem ser destinados a outros fins que não a casa. Intuitivamente nos leva a refletir se estes podem ser educação ou lazer, dada a crescente aspiração por desenvolvimento profissional e inserção social, sugerindo um tema de estudo futuro.

Os dados da PNAD de 2007 mostram que nos domicílios unipessoais, mulheres estão concentradas nas faixas de idade acima de 40 anos, enquanto homens estão bem distribuídos pelas faixas mais jovens. A participação das mulheres de 60 ou mais anos foi a que mais reduziu entre 1997 e 2007, enquanto o percentual de homens entre 40 e 59 anos foi o que mais cresceu no período.

A análise de gênero revela que os diferenciais entre homens e mulheres que moram sozinhas não só reduziram como também apresentam inversões. As mulheres mais jovens que vivem sozinhas apresentam nível de escolarização muito mais elevado, possuem maiores participações em ocupações formais com carteira assinada, contribuem em maior percentual para previdência e possuem maiores rendimentos. Além disso, dedicam-se mais aos cuidados domésticos, traduzindo sua capacidade de se dedicar a múltiplas funções.

Os dados da PNAD 2007 mostram que mulheres da faixa de 20 a 39 anos possuem rendimentos médios superiores aos homens não só do trabalho principal como de todas as fontes, apesar de possuírem menor número médio de horas trabalhadas. Mas se por um lado, possuem menor carga horária no trabalho, a média de horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico das mulheres são superiores a dos

homens em todas as faixas de idade, mostrando que mesmo na ausência de filhos e marido, ainda existe uma tendência das mulheres se dedicarem mais ao lar.

Em relação à moradia dos arranjos unipessoais, a participação feminina é mais expressiva que a masculina em áreas urbanas, refletindo em maior acesso a serviços públicos. Além disso, a proporção de mulheres residindo em apartamentos e morando de aluguel é maior que para homens, sendo esta diferença mais acentuada na faixa de 20 a 39 anos. Se no trabalho e rendimento as mulheres mais jovens se encontram em situação privilegiada, o mesmo acontece em relação a bens de consumo, onde o percentual de posse dos atributos analisados neste estudo é superior entre mulheres, e isto ocorre em todas as faixas de idade.

Desta forma, podemos perceber que os diferenciais de gênero entre as pessoas que moram sozinhas foram superados ao longo das gerações e na faixa etária de 20 a 39 anos apresentam uma inversão. Porém, a situação dos idosos que vivem sozinhos revela uma maior propensão à vulnerabilidade uma vez que dependem exclusivamente de suas rendas, que são baixas, e que com o passar dos anos necessitarão de assistência tanto no que diz respeito à saúde, quanto no quesito emocional.

O estudo destas famílias revela oportunidades para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a estes grupos de idosos e deixa em aberto oportunidades de estudos que explorem melhor os gastos das pessoas que vivem sozinhas, buscando compreender ainda mais as necessidades dos idosos e o estilo de vida dos jovens, principalmente mulheres, que revelam um padrão de vida diferente do convencional.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, J. A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica. Texto para discussão da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ENCE/IBGE, nº4, Rio de Janeiro, 2002.

ALVES, J. Mulheres em movimento: voto, educação e trabalho. Ouro Preto: REM, 2003.

ALVES, J. As Características dos domicílios brasileiros entre 1960 e 2000, ENCE textos para discussão nº10, Rio de Janeiro 2004.

ALVES, J. CAVENAGHI, S. Novos arranjos familiares: o casal DINC no Brasil, APARTE - Inclusão Social em Debate, IE-UFRJ, Rio de Janeiro, 04/09/2007. Disponível: http://www.ie.ufrj.br/aparte/opinioes/opinioao.php?codigo=APARTE_0522

ALVES, J. CAVENAGHI, S. População e Desenvolvimento: a Terceira Transição Demográfica, APARTE - Inclusão Social em Debate, IE-UFRJ, Rio de Janeiro, 2008 Disponível: http://www.ie.ufrj.br/aparte/opinioes/opinioao.php?codigo=APARTE_0589

ARRIAGADA, Irma. Transformaciones familiares y políticas de bienestar en América Latina. In: ARRIAGADA, Irma (org). Familias y políticas públicas en América Latina: Una historia de desencuentros, CEPAL, Santiago de Chile, 2007.

BARROS, L.F. A família DINC no Brasil 1996-2006: Uma análise sócio-demográfica e de gênero. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2009.

CAMARANO, A. PASINATO, M. GHAOURI, S. VIANNA, C. A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios?. Boletim de Mercado - conjuntura e análise, Rio de Janeiro, v. 21, p. 53-66, 2003.

CAMARGOS, M. Enfim só: um olhar sobre o universo de pessoas idosas que moram sozinhas no município de Belo Horizonte (MG), 2007. Tese de Doutorado. Belo Horizonte, 2008.

BELTRÃO, K. ALVES, J. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. Anais do XIV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambu, 2004.

BERQUÓ, E. Perfil Demográfico das Chefias Femininas no Brasil. Trabalho apresentado no Seminário “Estudos de Gênero face aos dilemas da sociedade brasileira”, promovido pelo III Programa Relações de Gênero na Sociedade Brasileira da Fundação Carlos Chagas. Itu, 13-16 de março de 2001.

BERQUÓ, E. CAVENAGHI, S. Oportunidades e fatalidades: um estudo demográfico das pessoas que moram sozinhas. Encontro Nacional da ABEP, 1988.

BERQUÓ, E. CAVENAGHI, S. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu-MG, 2004. Disponível em: http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?texto_id=2511&palavraChave=berquuo%20e%20cavenaghi

BIANCHI, S. CASPER, L. American families. Population Bulletin, 55, 3-43, 2000.

BIXBY, L. CASTRO, T. MARTIN, T. Se ha iniciado la retirada de la procreación en América Latina?, Cinquentenário do CELADE, Santiago do Chile, 2007.

BRITO, F. CARVALHO, J. LANZA, B. TURRA, C. A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade. In: Fausto Brito; Rosana Baenninger. (Org.). População e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília: CGEE, 2008, p. 63-89.

BRUSCHINI, C. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de Gênero. IN A. de O. Costa e C. Bruschini. Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: Fund. Carlos Chagas . 1992.

BRUSCHINI, C. "Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?" (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, M. I. B. da (org.). Trabalho e gênero –

mudanças, permanências e desafios. Campinas, ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, São Paulo, Editora 34, 2000, p. 13-58

COLEMAN, David. Immigration and Ethnic change in Low-fertility Countries: A Third Demographic Transition. PDR: 32 (3), Washington, 2006.

DIMENSTEIN, G. A desconhecida lição das mulheres solteiras. Folha de S.Paulo, São Paulo, 2006. Disponível: <http://aprendiz.uol.com.br/content/wrinishowr.mmp>

ERNST&YOUNG. Brasil sustentável – Potencialidades do mercado habitacional. 2008. Disponível: [http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Brasil_Sustentável_-_Mercado_Habitacional/\\$FILE/Brasil_Sustentavel_-_Mercado_Habitacional.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Brasil_Sustentável_-_Mercado_Habitacional/$FILE/Brasil_Sustentavel_-_Mercado_Habitacional.pdf)

GOMES, M. Perfil dos domicílios unipessoais da região Centro-Oeste: Uma análise com base no Censo 2000. In: Seminário: As Famílias e as Políticas Públicas no Brasil, 2005, Belo Horizonte. Anais do Seminário: As Famílias e as Políticas Públicas no Brasil, 2005.

GONÇALVES, E. Vidas no singular: noções sobre mulheres 'sós' no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado. Campinas, 2007.

GUEDES, M. As mulheres de formação universitária: a reversão do hiato de gênero e seus reflexos no mercado de trabalho (Brasil 1970-2000). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2004.

GUEDES, M. Na medida do (im)possível: família e trabalho entre as mulheres de nível universitário. Tese de Doutorado. Campinas, 2009.

IBGE. Pesquisa por Amostra de Domicílios de 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/default.shtm>

LESTHAEGHE, R. NEELS, K. "From the First to the Second Demographic Transition - An Interpretation of the Spatial Continuity of Demographic Innovation in France, Belgium and Switzerland", European Journal of Population, vol. 18(4): 225-260, 2002.

LESTHAEGHE, R. NEIDERT, L. The Second Demographic Transition in the United States: exception or textbook example? *Population and Development Review*: 32 (4), Washington, 2006.

LESTHAEGHE, R. SURKYN, J. When History moves on: the Foundations and Diffusion of a Second Demographic Transition, Seminar on Ideational Perspectives on International Family Change, Center for Population Studies and Institute for Social Research (ISR), University of Michigan, Ann Arbor MI, June 2004, 25 p., 2004

NOTESTEIN, Frank. Population: the long view. In: SCHULTZ, T. W. (ed.), *Food for the World*. Chicago, University of Chicago Press, 1945.

OLIVEIRA, E. O feminismo desconstruindo e re-construindo o conhecimento. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, p. 229, 2008.

PALMER, G. Single Person Households – Issues that JRF should be thinking about, JRF, Londres, 2006.

PINNELLI, A. Gênero e família nos países desenvolvidos. In: PINNELLI, A . Gênero nos estudos de população. Campinas, ABEP, 2004

RIOS NETO, E. WAJNMAN, S. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina In: Rocha, M. *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000.

SOBOTKA, T. Childless societies? Trends and projections of childlessness in Europe and the United States. Netherlands, 2005.

THERBORN, G. Familias en el mundo. Historia y futuro en el umbral del siglo XXI. In: ARRIAGADA, Irma (org). *Familias y políticas públicas en América Latina: Una historia de desencuentros*, CEPAL, Santiago de Chile, 2007.

VALLIN, J. Mortalidade, sexo e gênero In: PINNELLI, A . Gênero nos estudos de população. Campinas, ABEP, 2004

VAN DE KAA, D. J. Europe's second demographic transition. Population Bulletin, Washington, v.42, n.2, p.1 – 59, Mar. 1987.

VAN DE KAA, D. J. The past of Europe's demographic future. European Review, vol.7, issue 04, pages 529-550, 1999.

VAN DE KAA, D. J. The Idea of a Second Demographic Transition in Industrialized Countries Paper presented at the Sixth Welfare Policy Seminar of the National Institute of Population and Social Security, Tokyo, Japan, 29 January 2002.

VIEIRA, J. Reflexões sobre a transição para a vida adulta: o caso do Estado de São Paulo. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu/MG. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006.

WULFF, M. Growth and change in one-person households: Implications for the housing market. Urban Policy and Research, vol. 19, n0. 4, pp. 467-489. 2001.

ZIRBEL, I. O processo de introdução dos estudos de gênero no Brasil. Blumenau, 2004.

ANEXOS

I - Distribuição dos domicílios por faixa etária do chefe e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 1997.

Faixa Etária	Unipessoais	Casais com filhos	Casais sem filhos c/ P/A	Casais sem filhos s/ P/A	Mulheres com filhos	Homens com filhos	Outros tipos	Total
10 a 19 anos	1%	1%	2%	3%	9%	11%	9%	3%
20 a 29 anos	11%	17%	9%	22%	13%	14%	23%	16%
30 a 39 anos	15%	32%	7%	17%	18%	13%	14%	26%
40 a 49 anos	15%	27%	11%	11%	22%	17%	11%	22%
50 a 59 anos	15%	15%	23%	15%	17%	17%	12%	15%
60 ou mais anos	42%	9%	48%	34%	21%	28%	32%	18%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE, microdados da PNAD 1997

II - Distribuição dos domicílios por faixas de anos de estudo do chefe e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 1997.

Anos de Estudo	Unipessoais	Casais com filhos	Casais sem filhos c/ P/A	Casais sem filhos s/ P/A	Mulheres com filhos	Homens com filhos	Outros tipos	Total
Até 3 anos	47%	35%	51%	37%	41%	47%	38%	38%
4 a 10 anos	31%	45%	37%	40%	41%	38%	35%	42%
11 ou mais anos	22%	20%	12%	23%	18%	15%	27%	20%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE, microdados da PNAD 1997

III – Percentual de chefes ocupados e percentual de chefes que contribuem para previdência por tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 1997.

	Unipessoais	Casais com filhos	Casais sem filhos c/ P/A	Casais sem filhos s/ P/A	Mulheres com filhos	Homens com filhos	Outros tipos	Total
% Ocupados	57%	76%	56%	65%	53%	60%	55%	69%
% Contribuintes	46%	50%	39%	49%	48%	42%	54%	49%

Fonte: IBGE, microdados da PNAD 1997

IV - Distribuição dos chefes dos domicílios segundo posição na ocupação e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 1997.

Posição na ocupação	Unipessoais	Casais com filhos	Casais sem filhos c/ P/A	Casais sem filhos s/ P/A	Mulheres com filhos	Homens com filhos	Outros tipos	Total
Empreg. c/carteira	29%	32%	24%	31%	31%	27%	36%	32%
Empreg. s/carteira	24%	17%	14%	17%	27%	22%	20%	18%
Func Público/Militar	9%	7%	5%	6%	11%	5%	11%	7%
Conta própria	28%	31%	37%	30%	22%	31%	23%	30%
Empregador	5%	7%	7%	7%	2%	8%	4%	6%
Trab.cons. próprio	5%	3%	9%	6%	5%	3%	5%	4%
Não remunerado	1%	3%	4%	3%	2%	3%	2%	3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE, microdados da PNAD 1997

V - Distribuição dos domicílios por situação censitária e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 1997.

Situação Censitária	Unipessoais	Casais com filhos	Casais sem filhos c/ P/A	Casais sem filhos s/ P/A	Mulheres com filhos	Homens com filhos	Outros tipos	Total
Rural	19%	21%	22%	19%	12%	18%	14%	19%
Urbana	81%	79%	78%	81%	88%	82%	86%	81%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE, microdados da PNAD 1997

VI - Distribuição dos domicílios por tipo de domicílio e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 1997.

Tipo de domicílio	Unipessoais	Casais com filhos	Casais sem filhos c/ P/A	Casais sem filhos s/ P/A	Mulheres com filhos	Homens com filhos	Outros tipos	Total
Casa	81%	93%	94%	86%	89%	92%	83%	90%
Apartamento	16%	7%	6%	13%	10%	8%	16%	9%
Cômodo	3%	0%	0%	1%	1%	1%	1%	1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE, microdados da PNAD 1997

VII - Distribuição dos domicílios por condição de ocupação e tipo de arranjo domiciliar (com base na família principal), Brasil, 1997.

Condição de Ocupação	Unipessoais	Casais com filhos	Casais sem filhos c/ P/A	Casais sem filhos s/ P/A	Mulheres com filhos	Homens com filhos	Outros tipos	Total
Próprio já pago	59%	68%	76%	65%	70%	72%	66%	68%
Próprio pagando	4%	7%	4%	6%	6%	5%	5%	6%
Alugado	17%	12%	11%	16%	15%	12%	20%	14%
Cedido	19%	12%	8%	13%	8%	11%	9%	12%
Outra condição	0%	0%	1%	0%	1%	1%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE, microdados da PNAD 1997

O48a Oliveira, Elisa Hijino de

Arranjos unipessoais no Brasil 1997-2007: uma análise sócio-demográfica e de gênero das pessoas que moram sozinhas / Elisa Hijino de Oliveira.

Rio de Janeiro: 2009.

110 f.

Inclui bibliografia e anexo.

Orientador: Prof. Dr. José Eustáquio Diniz Alves.

Dissertação (Curso de Mestrado) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas.
Programa de Pós-Graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais.

1. Demografia - Brasil. 2. População - Brasil. 3. Família - Brasil. I. Alves, José Eustáquio Diniz. II. Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Brasil). III. IBGE. IV. Título.

CDU: 314(81)"1997/2007"

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)